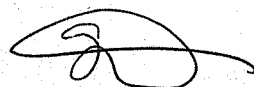


1 **ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ NACIONAL DE**
2 **ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS- REALIZADA NOS DIAS 30**
3 **E 31 DE JANEIRO DE 2014.**

4 Nos dias trinta e trinta e um de janeiro de 2014, no auditório do Hotel Carlton, em
5 Brasília- DF realizou-se a primeira reunião ordinária do Comitê Nacional de
6 Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. A pauta do dia foi composta pelos seguintes
7 itens: Painel 1: O CONCEITO DE TRÁFICO DE PESSOAS; Palestrante: Paulo Abrão,
8 Secretário Nacional de Justiça. Painel 2: O MODELO DE GESTÃO INTEGRADA DA
9 POLÍTICA NACIONAL DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS
10 Palestrante: Fernanda dos Anjos, Diretora do DEJUS. Painel 3: O PLANO
11 HEMISFÉRICO DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS Palestrante:
12 Paulina Duarte, Diretora do Departamento de Segurança Pública da OEA. Painel 4:
13 Apresentação da Secretaria Executiva; Facilitadora: Heloisa Greco, Coordenadora da
14 Coordenação Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Painel 5: PALESTRA:
15 PARTICIPAÇÃO SOCIAL E DEMOCRACIA PARTICIPATIVA Palestrante: Daniel
16 Avelino, Secretaria Geral da Presidência da República; Painel 6: APRESENTAÇÃO
17 DA CONFERÊNCIA NACIONAL DE MIGRAÇÕES E REFÚGIO. Palestrantes: Jana
18 de Macedo, Secretária Executiva da COMIGRAR e João Guilherme Granja- Diretor do
19 Departamento de Estrangeiros do Ministério da Justiça. Painel 7: APRESENTAÇÃO
20 DA ESTRUTURA METODOLÓGICA DO CONATRAP Palestrante: Graziella Rocha,
21 consultora UNODC/SNJ. Painel 8: ALINHAMENTO DE EXPECTATIVAS ENTRE
22 OS MEMBROS DO CONATRAP. Facilitadora: Graziella Rocha, consultora
23 UNODC/SNJ. Painel 9: PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO CONATRAP
24 Facilitadoras: Graziella Rocha e Ofélia Ferreira. Painel 10: APRESENTAÇÃO DE
25 DIRETRIZES DO REGIMENTO INTERNO Facilitadora: Graziella Rocha Consultora
26 MJ/UNODC; DEBATE SOBRE MEGA EVENTOS. Painel 11: DEFINIÇÃO DAS
27 COMISSÕES PERMANENTES E DOS GRUPOS DE TRABALHO Facilitadora:
28 Fernanda dos Anjos, Diretora do DEJUS. AVALIAÇÃO DA REUNIÃO E
29 DEFINIÇÃO DO CALENDÁRIO DAS PRÓXIMAS REUNIÕES. Estiveram presentes
30 os seguintes conselheiros: 1. Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça,
31 Titular Paulo Abrão Pires Júnior e Suplente Fernanda Alves dos Anjos. 2. Secretaria
32 Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, Titular Beatriz Cruz da Silva.
33 3. Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça, Titular Tatiane da Costa
34 Almeida. 4. Departamento de Polícia Rodoviária Federal do Ministério da Justiça,
35 Titular Fabrício Silva Rosa. 5. Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência



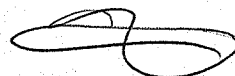
36 da República, Titular Aline Yamamoto. 7. Ministério do Desenvolvimento Social e
37 Combate à Fome, Titular Rodrigo Moraes Lima Delgado e Suplente Paloma Moraes
38 Correa. 8. Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros de Goiás - ASTRAL -
39 GO, Titular Roberta Fernandes de Souza. 9. Davida - Prostituição Direitos Civis
40 Saúde, Titular Maria Aparecida Menezes Vieira. 10. Instituto Aliança com o
41 Adolescente, Titular Maria das Graças Sé Gadelha. 11. Projeto Trama - Organização de
42 Direitos Humanos Projeto Legal, Titular Michelle Guerardi. 12. Rede Nacional
43 Feminista de Saúde Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, Titular Estela Márcia
44 Rondina Scandola. 13. Sociedade de Defesa dos Direitos Sexuais na Amazônia -
45 SODIREITOS, Titular Marcel Theodoor Hazeu. 14. Universidade Tiradentes - UNIT,
46 Titular Waldimeiry Corrêa da Silva. 15. Conselho Nacional de Assistência Social,
47 Titular Nilsia dos Santos. 17. Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Titular Maria
48 das Dores do Rosário Almeida; 18. Comissão Nacional Para a Erradicação do Trabalho
49 Escravo, Titular José Armando Fraga Diniz Guerra. 19. Conselho Nacional de
50 Promoção da Igualdade Racial, Titular Eliane da Silva Souza Pequeno. 20.
51 Conselho Nacional de Imigração, Suplente Rinaldo Gonçalves de Almeida. 22.
52 Conselho Nacional de Segurança Pública, Titular Pedro Paulo Gastalho de Bicalho.
53 23. Conselho Nacional de Turismo, Titular Adelino Silva Neto; 24. Conselho Nacional
54 de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais,
55 Travestis e Transexuais, Titular Maria Guilhermina da Cunha Salasario. 25.
56 Núcleos Estaduais de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Postos Avançados de
57 Atendimento Humanizado ao Migrante, Titular Juliana Felicidade Armede e
58 Suplente Jeanne de Aguiar Pinheiro de Souza. 26. Comitês Estaduais e do Distrito
59 Federal de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas - Associação Brasileira de Defesa Da
60 Mulher, da Infância e da Juventude - ASBRAD, Titular Dalila Eugenia Maranhão
61 Dias Figueiredo. Estiveram presentes os seguintes convidados externos: Bandana
62 Pattanaik (Coordenadora Internacional Da Aliança Global Contra o Tráfico De
63 Mulheres/Gaatw); Daniel Avelino (Secretaria-Geral Da Presidência Da República);
64 Fernando Garcia Robles - (Departamento De Segurança Pública/OEA) -. Graziella
65 Rocha (Consultora/MJ/UNODC); Heloísa Greco (Coordenadora De Enfrentamento Ao
66 Tráfico De Pessoas); Jana Petaccia (Departamento De Estrangeiros) João Guilherme
67 Granja (Diretor Do Departamento De Estrangeiros) Lucicleia Souza e Silva
68 (Coordenação De Enfrentamento Ao Tráfico De Pessoas/MJ); Mariana Carvalho
69 (Departamento de Justiça/Secretaria Nacional De Justiça/MJ); Ofélia Ferreira -



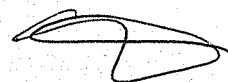
70 Consultora convidada; Paulina Duarte (Diretora Do Departamento De Segurança
71 Pública/OEA). A abertura da reunião foi realizada pelo Sr. Paulo Abrão, Secretário
72 Nacional de Justiça e Presidente do CONATRAP que saudou os presentes expressando
73 sua satisfação por declarar aberta a 1ª Reunião do Comitê Nacional de Enfrentamento
74 ao Tráfico de Pessoas (CONATRAP). Na ocasião o Presidente ressaltou que esse é um
75 passo de conquista institucional. Um novo espaço se institui e isso solidifica as bases de
76 um enfrentamento pela República brasileira e da organização do Estado brasileiro em
77 torno de um assunto que tanto sensibiliza a todos. O Presidente lembrou ainda a grande
78 responsabilidade do colegiado de ser membro da primeira gestão e, ao mesmo tempo, de
79 algum modo, construir a cara, o perfil, a dinâmica que esse CONATRAP assumirá.
80 Após a saudação inicial o Presidente abriu para uma rodada de apresentações do
81 Plenário e dos convidados externos e em seguida passou para aprovação da pauta do
82 dia. A pedido de organizações da sociedade civil foi incluído o debate sobre o papel do
83 CONATRAP nos megaeventos. Bem como, foi proposta e aprovada, por unanimidade,
84 a participação como membros-convidados, com direito à voz do Ministério Público
85 Federal e do Ministério Público do Trabalho, sem ônus para o Ministério da Justiça,
86 ficando a Secretaria Executiva do CONATRAP responsável por enviar os convites
87 formais a ambos os órgãos. SRA. ESTELA SCANDOLA (*Rede Feminista de Direitos*
88 *Sexuais e Direitos Reprodutivos*) sugeriu que seja inserida na pauta da II Reunião
89 Ordinária do CONATRAP o debate sobre o orçamento de todo o Governo Federal
90 destinado a implementação do II Plano Nacional de Enfretamento ao Tráfico de
91 Pessoas. Sr. o Sr. Paulo Abrão, Secretário Nacional de Justiça e Presidente do
92 CONATRAP esclareceu que existe um Grupo Interministerial que tem funcionado
93 muito bem, se reunido periodicamente, gerado relatórios de monitoramento de execução
94 do plano. Indagou se o CONATRAP está pedindo que façamos o monitoramento sobre
95 a execução orçamentária das ações relacionadas ao Plano? Houve o aceno de
96 concordância do plenário. O Sr. Presidente sugeriu levar essa incumbência via Grupo
97 Interministerial para que eles possam mostrar as ações que já foram executadas e se eles
98 conseguem destacar o que foi gasto para o cumprimento das ações que estão para
99 executar o que eles têm previsão de gasto para que elas sejam efetivadas, identificando a
100 ação orçamentária correspondente. Segundo o Presidente, se conseguirmos isso, embora
101 ache que vai ser difícil, as pessoas vão se surpreender com o tamanho do orçamento
102 para o enfrentamento ao tráfico de pessoas no Brasil. Talvez seja bem maior do que
103 imaginamos porque falamos só do orçamento específico da Coordenação Nacional de



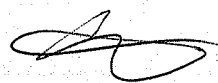
104 Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, mas se identificarmos tudo aquilo que realmente
105 conseguir destacar, dentro do orçamento da SPM, da SDH, da Polícia Federal, da PRF,
106 da SENASP, do Ministério do Turismo, do Ministério de Desenvolvimento Social,
107 assim por diante, tudo que tem sido gasto com pauta transversal sobre tráfico de
108 pessoas, vamos descobrir que temos um mega orçamento sobre tráfico de pessoas em
109 execução invisível, isso vai ajudar a visibilizá-lo, inclusive diminuir as críticas nesse
110 sentido. Então, isso fica já aprovado. A reunião prosseguiu com uma exposição e debate
111 sobre o conceito de Tráfico de Pessoas adotado pela Política Nacional de Enfrentamento
112 ao Tráfico de Pessoas, tendo por palestrante o Sr. Paulo Abrão, Secretário Nacional de
113 Justiça e Presidente do CONATRAP. Na oportunidade o Sr. Presidente enfatizou
114 aspectos que corroboram para a persistência do tráfico de pessoas no Brasil.
115 Encontramos fatores de ordem cultural, como a cultura machista muito impregnada na
116 sociedade brasileira; os fatores socioeconômicos que colocam as pessoas em situação de
117 vulnerabilidade, portanto, arriscam suas próprias vidas para uma tentativa de uma
118 melhoria das suas condições pessoais; o fato de no Brasil termos ainda políticas
119 migratórias muito restritivas. O Sr. Presidente destacou o Estatuto de Estrangeiros que
120 prevê restrições da participação dos imigrantes na vida social ou na vida política ou
121 mesmo as cláusulas impeditivas de regularização dos imigrantes dentro do território
122 nacional, do imigrante não documentado, o que só dificulta a sua atividade de inserção
123 social e, portanto, o coloca à mercê de situações de vulnerabilidade, de exploração ou de
124 invisibilidade. Enfatizou que tem feito uma crítica muito forte em torno das deficiências
125 das respostas estatais dos países de origem, trânsito e destino do tráfico das pessoas,
126 incluindo o Brasil; a nossa situação de termos fronteiras muito permeáveis, o que é
127 constitutivo de um país continental com uma fronteira terrestre gigantesca e uma
128 fronteira marítima ainda maior; e também o fato de termos políticas migratórias
129 restritivas nos países de destino isso acaba afetando a dinâmica do tráfico internacional.
130 Destacou ainda dentre outros fatores de vulnerabilidades: Violência doméstica; a
131 iniquidade de gênero ou raça; as questões relacionadas a abuso sexual intrafamiliar; a
132 situação de exclusão social e pobreza; a cultura homofóbica muito forte ainda dentro do
133 nosso país; o impacto social dos modelos de desenvolvimento; e a migração como
134 estratégia para melhorar de vida, embora o cenário hoje no Brasil seja de uma inversão
135 de um número de emigrantes comparativamente ao de imigrantes; além da mudança dos
136 fluxos migratórios, porque durante os últimos tivemos mais brasileiros saindo do que
137 estrangeiros entrando, agora estamos tendo uma inversão e nós voltamos a ser um país



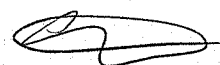
138 hegemonicamente de imigração, tirando aqueles vinte anos, dos anos 90 e da década de
139 80 que a crise política do reflexo da ditadura militar e a crise fiscal, econômica
140 neoliberal da década de 90. Então, essas duas décadas foram as únicas duas décadas da
141 nossa história republicana onde mais brasileiros saíram do que estrangeiros vinham,
142 mas, historicamente, sempre fomos um país de imigração. Voltamos a ser um país de
143 imigração. Nós temos ainda em vigor Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de
144 Pessoas. Para o Sr. Presidente, essa é uma questão importante para debruçarmos em
145 virtude da necessidade da sua atualização em algum momento, mas essa nossa política
146 está estruturada nesses três norteadores que todos conhecem no âmbito da prevenção, da
147 repressão e responsabilização e da assistência e da proteção. Após a explanação do Sr.
148 Presidente a palavra foi facultada ao plenário que apresentou uma série de contribuições
149 à compreensão do conceito. Sr. Marcel Hazeu (SODIREITOS) lembrou que as
150 principais dificuldades na aplicação da Política hoje é uma tendência à criminalização
151 da prostituição livre. Por isso que é muito importante quando vamos trabalhar uma
152 conceituação consensual dentro deste Comitê que o conceito de tráfico que está posto
153 aqui que nos diz: A exploração da prostituição como uma forma de exploração. Pode ser
154 exploração da prostituição, pode ser prostituição forçada, pode ser outras nomenclaturas
155 que deixam bem claras, nós temos a prostituição livre, como profissão, outras formas de
156 exploração sexual, eu sei que tudo isso está no Protocolo de Palermo. Mas, nós vamos
157 trabalhar aqui com uma conceituação que nós queremos justamente desconstruir essa
158 criminalização e marginalização dessa atividade de mercado de sexo. Sra. Juliana
159 Felicidade Armede (Rede Nacional de Núcleos e Postos) enfatizou que outro fator na
160 questão da exploração é: dentro do universo, por exemplo, do futebol, com meninos que
161 estão explorados já na questão do trabalho enquanto atletas, existe um viés também da
162 questão de um abuso, de um problema ali voltado à questão da sexualidade.” Sra.
163 Dalila Eugênia Maranhão Dias Figueiredo (ASBRAD) arguiu que “no campo do
164 trabalho escravo e pelo fato também de integramos COETRAE em São Paulo e o
165 trabalho que fazemos, principalmente, com mulheres vítimas da exploração da mão de
166 obra boliviana, paraguaia, enfim, nos preocupa muito hoje o que estamos ouvindo da
167 bancada ruralista do que tange à definição do trabalho escravo. É necessário que este
168 coletivo acompanhe o que está acontecendo, principalmente no Senado, para que não
169 retrocedemos, para que compreendamos, para que essas pessoas compreendam o
170 respeito e a dignidade da pessoa humana.” Roberta Fernandes de Souza (ASTRAL/GO)
171 pediu ao plenário que ficasse um pouco mais firme no sentido do conceito da



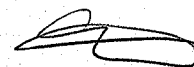
172 exploração da prostituição do trabalho sexual. Para a conselheira, precisamos ter esse
173 olhar nesse sentido. Já foi falado pelo Paulo, muito bem falado, há uma forma de a
174 mídia buscar uma leitura no sentido de depreciar o que é prostituição, e hoje nós temos
175 deputados federais que estão querendo fazer projetos que acusam o slogan do tráfico de
176 pessoas para criminalizar a prostituição. Sra. Maria Das Dores Almeida (Conselho
177 Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) afirmou que observa os impactos dos
178 modelos de desenvolvimento aparecem como vulnerabilidades, mas do lugar de onde
179 venho, da Amazônia, é um dos fatores determinantes. E por quê? Porque esses projetos
180 estão dentro de um determinado local e dentro de um território. E hoje temos visto que
181 mulheres, crianças, comunidades inteiras indígenas, quilombolas, comunidades
182 tradicionais estão sendo obrigados a saírem desse espaço que lá estão há centenas,
183 comunidades centenárias estão tendo de deixar esse lugar e indo, que é o processo da
184 imigração, mas aí eu diria que não é o processo da imigração, aí é o grande projeto em
185 si também que faz com que essas pessoas saem do seu território. Então, precisa ter um
186 olhar diferenciado, precisa sim ser olhado com maior cuidado.” Sra. Eliane da Silva
187 Souza Pequeno (Conselho Nacional de Políticas de Igualdade Racial - CNPIR)
188 convidou os conselheiros a seguirem a mesma resolução da 3ª Conferência Nacional de
189 Promoção da Igualdade Racial (CONAPIR) de troca por etnorracial, uma palavra só,
190 porque embora saibamos que a questão do jovem negro, da violência é muito séria, a
191 palavra contempla a questão entre brancos e negros, mas nunca contemplará não apenas
192 os povos indígenas, a sociodiversidade, mas também eu estou preocupada com a parte
193 socioambiental, principalmente que estamos trabalhando com fronteiras, inclusive a
194 questão dos ciganos, porque vai além da nossa preocupação, seja negro, sejam povos
195 ciganos, sejam indígenas, sejam comunidades de povos tradicionais, como um todo,
196 então, a sua sugestão aos conselheiros e ao Paulo porque lá nos documentos da 3ª
197 CONAPIR nós trocamos, desde os documentos orientadores dos subsídios já havia
198 várias formas de trabalhar, mas eu achei um ganho muito forte em todas as comissões,
199 nas propostas foi aceita por unanimidade.” Para a Sra. Estela Scandola (Rede Feminista
200 de Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos)), sobre os fatores que favorecem o tráfico,
201 sem dúvida nenhuma contempla o que a Durica falou que é retirar o modelo de
202 desenvolvimento das vulnerabilidades e trazer para o modelo que favorece o tráfico,
203 ora, quando vamos ter uma grande obra, quando se faz a mecanização da cana de
204 açúcar, mecanizou a cana de açúcar em Mato Grosso do Sul, trinta e tantas destilarias de
205 álcool, o que aconteceu? Os povos indígenas, especialmente, terenas e guaranis,



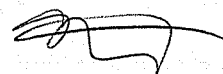
206 voltaram para as suas comunidades, essas comunidades não tinham mais o espaço para
207 os homens, por quê? Porque há vinte anos que os homens saiam para trabalhar na
208 destilaria. Onde é que eles vão? Eles vão buscar a migração para a cata da maçã, em
209 Santa Catarina, para o corte da madeira, no Paraguai, e vão ser traficados. Então, o
210 modelo de desenvolvimento ele é favorecedor do tráfico de pessoas, porque ele incide
211 sobre os territórios locais. A outra questão, eu queria convidar mesmo e acho que é uma
212 discussão que nós precisávamos que é a discussão da fronteira. Quem vive na fronteira
213 sabe que não gostamos de ser chamados *lugar do problema*. Nós não somos o *lugar do*
214 *problema*... Não, a fronteira é lugar da não implantação de serviço das políticas, da não
215 especificidade linguística, lá é o lugar da fronteira, da riqueza, da gastronomia, da
216 riqueza da dança, da riqueza da música, lá é a fronteira. Sra. Waldimeiry Corrêa
217 (Universidade Tiradentes) afirmou que nos condicionantes e nos fatores de
218 vulnerabilidade e de acordo com o que foi falado agora sobre o conceito de tráfico, esse
219 conceito amplo e essa problematização que estamos fazendo sobre os termos do tráfico
220 que internacionalmente e propositalmente não foram definidos, talvez fosse um motivo
221 de nós, no CONATRAP incluir na nossa pauta a legislação brasileira porque estamos no
222 Senado com a proposta de Código Penal que não entende plenamente o nosso conceito
223 ou o conceito proposto pela sociedade civil e a pesquisa e também grande parte da voz
224 governamental não são atendidas por essa legislação, então quem seja esse seja o lócus
225 para trabalharmos o conceito da legislação própria sobre tráfico de pessoas”. SR.
226 Fabrício Rosa (Polícia Rodoviária Federal) citou outro caso de meninas que são trazidas
227 do interior do estado para as capitais por nossas famílias, famílias de classe média, e que
228 elas não são contempladas nesse conceito [Tráfico de Pessoas], não se trata de
229 casamento servil, não se trata apenas de exploração sexual, trata-se de uma série de
230 fatores que envolve inclusive a discussão do consentimento. Qual é o alcance do
231 consentimento paterno para deixar essas meninas de onze, doze, treze anos serem
232 levadas para casa de outras pessoas com a desculpa de que elas teriam vida melhor
233 nessas casas de família, que ali elas vão estudar e que elas vão realizar sonhos que
234 muitas vezes não são realizados e que lá são violentadas sexualmente.” Sra. Dalila
235 Eugênia Maranhão Dias Figueiredo (ASBRAD) aproveitou os fatores que causam o
236 tráfico de pessoas e falar um pouco das quatro tríplices fronteiras da Amazônia onde nós
237 trabalhamos mais de dois anos e onde nós vimos a necessidade de compreender a
238 fronteira, não como lugar onde se pratica crime, mas sim um lugar onde as pessoas
239 constroem suas vidas, um lugar onde a tia mora, em Tabatinga, e a avó mora no Peru,



240 atravessando o rio, mas no lugar onde existem pessoas, agentes públicos qualificados e
241 capacitados para compreender o tráfico de pessoas, lugares como Uramutã, lugares
242 como Gabriel da Cachoeira, e outras santas cidades que visitamos, a vulnerabilidade das
243 comunidades indígenas é enorme, índias macuxis, lideranças macuxis pedindo para que
244 postos da Polícia Federal sejam implantados na própria rodovia para evitar que as
245 meninas indígenas mantenham relações sexuais com os gasoleiros, que vão para a
246 Venezuela, em troca de bolacha por exemplo. Não podemos de maneira nenhuma
247 criminalizar as pessoas que lá vivem e, sim, fortalecer as instituições que estão
248 presentes nesses locais. Para o SR. José Guerra (Comissão Nacional para Erradicação
249 do Trabalho Escravo (CONATRAE) o conceito de trabalho escravo no Brasil é um
250 conceito referência mundial e justamente por isso se encontra sob ataque de diversos
251 setores, e um dos ataques que os setores fazem é dividir ao máximo o conceito de
252 trabalho escravo. Então, quando você discute trabalho escravo e logo depois coloca
253 servidão por dívida, sem querer estamos fazendo a mesma coisa dos que são contra o
254 conceito. Então, retirar servidão por dívida, trabalho escravo engloba servidão por
255 dívida, engloba trabalho degradante, engloba jornadas exaustivas e também engloba
256 trabalho forçado. "...Vamos ter que abrir mão um pouco desses preconceitos e discutir
257 algumas situações que não conseguimos englobá-las na legislação... temos situações de
258 resgate de trabalhadores do sexo que têm uma dificuldade muito grande de se assumir,
259 até a própria Auditoria do Trabalho, até o Ministério Público do Trabalho de assumir
260 isso enquanto relação de trabalho, logo passível de resgate, passível de seguro-
261 desemprego". Sra. Guilhermina Cunha (Conselho Nacional contra a Discriminação
262 LGBT)) complementou ao debate afirmando que homofobia e transfobia são duas
263 coisas diferentes, porque ser homossexual é ser gay, é ser lésbica, e nem toda pessoa
264 travesti ou transexual é lésbica ou gay." Sra. Paloma Moraes Correa (Ministério de
265 Desenvolvimento Social e Combate à Fome) lembrou que embora para a assistência
266 social a tipificação penal muitas vezes possa nem ser o mais importante, até às vezes é
267 indiferente porque para nós se houve vulnerabilidade, houve violação de direitos, como
268 é que isso foi tipificado, se houve tráfico ou se não houve, se houve contrabando de
269 imigrantes, enfim, houve violação de direitos é público da assistência e ponto, até para
270 reforçarmos isso que já foi falado relativamente ao técnico, estou pensando lá no técnico
271 do território, o técnico no CREAS quando vai atender a vítima, até porque ele possa
272 estar preparado: 1 - não ter uma visão moralizante sobre o trabalho sexual: 2 - respeitar
273 a autonomia da vítima, saber compreender o sofrimento, até ajudar a resignificação da




274 situação de violência vivenciada, eu acho realmente que essa discussão acerca do
275 consentimento do que vem a ser o consentimento e a invisibilidade do consentimento na
276 nossa legislação penal brasileira, ao contrário de Palermo, é algo que pode ajudar e pode
277 esclarecer bastante o trabalho do assistente social no território.” Sr. Rinaldo Almeida
278 (Conselho Nacional de Imigração) fez a seguinte problematização: como tirar da
279 invisibilidade essas questões de exploração? Uma das formas que vemos dentro pelo
280 menos do Ministério do Trabalho como uma possibilidade de avanço, também como foi
281 falado aqui sobre a cadeia produtiva, sempre tentarmos enxergar essa exploração dentro
282 do possível sob uma perspectiva de setor econômico. Eu sou coordenador nacional da
283 área marítima aquaviária e nós começamos a ver já alguns anos, por exemplo, na pesca
284 do norte do Brasil existe uma superexploração lá e mesmo entre os inspetores do
285 trabalho há uma enorme dificuldade entre os inspetores especializados nesse setor
286 econômico de enxergar aquela exploração como trabalho escravo? Sra. Verônica
287 Lourenço (Conselho Nacional De Saúde) nos fatores de vulnerabilidades, sugeriu que
288 ou se coloque iniquidades de gênero e racismo, porque acho importante dizermos qual é
289 a iniquidade da raça ou etnorracial, a iniquidade é do racismo. Sra. Beatriz Cruz
290 (Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) retomou a questão das fronteiras
291 ao considerar as nossas fronteiras que efetivamente são permeáveis como um fator que
292 efetivamente favorece o tráfico de pessoas. Para a conselheira, a fronteira precisa
293 necessariamente ser considerada como espaço de grande pluralidade cultural e que tem
294 muito a oferecer para o país, ela também representa, e não só no Brasil, como qualquer
295 outro país que tenha a extensão que temos que é continental, a extensão territorial das
296 nossas fronteiras tanto as fronteiras secas, como as fronteiras marítimas, representa
297 assim um problema no enfrentamento a todos os crimes que de alguma forma sejam
298 transacionais, tráfico de drogas, tráfico de pessoas. Sra. Juliana Felicidade Armede
299 (Rede Nacional de Núcleos e Postos) considerou que temos que pensar que o que
300 consideramos como forma de exploração, a exemplo da adoção, a adoção não é uma
301 forma de exploração, a adoção é um direito de uma criança, então, pensar o que é
302 exploração quando falamos de adoção ilegal para nós não sobrepomos políticas, não
303 sobrepomos políticas que estão sedimentadas e que, na verdade, sedimentadas e como
304 qualquer outra tem falha, política de adoção no Brasil tem falha, isso gera
305 eventualmente algo que joga uma situação aí sim de pensarmos a partir dessa situação
306 no tráfico. Outro fator que, falando também de conceitos e vulnerabilidades, temos que
307 tomar a atenção para situações, por exemplo, pensar em fatores de vulnerabilidades que




308 são fatores ligados a situações fenomênicas já sedimentadas no sistema de justiça e de
309 lei no Brasil como a questão da mula do tráfico de drogas, o quanto isso já está
310 sedimentado sob o ponto de vista de uma inexistência de diálogo para que se
311 compreenda que às vezes alguém pode sim ter sofrido uma coação ilegal para traficar
312 drogas e isso gerar, portanto, uma situação de debate se aquela pessoa ou não de fato foi
313 vítima de tráfico, se deve responder por isso ou não. Feitas as considerações iniciais
314 sobre o conceito de tráfico de pessoas após os debates, o Sr. Presidente concedeu a
315 palavra à Sra. Paulínia Duarte (Diretora do Departamento de Segurança Pública/ da
316 Organização dos Estados Americanos - OEA), que realizou uma apresentação sobre o
317 Plano Hemisférico de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Sra. Paulínia Duarte
318 saudou os presentes e ressaltou que a Organização dos Estados Americanos (OEA) é a
319 mais antiga organização política regional do mundo. É muito interessante isso. Ela foi
320 fundada, inicialmente, como a União Internacional das Repúblicas Americanas entre
321 1889 e 1890. E aí em 1948, a partir do que os países declararam e escreveram Carta da
322 OEA, ela se transformou então na Organização dos Estados Americanos. É organizada,
323 basicamente, em quatro pilares que são democracia, desenvolvimento, direitos humanos
324 e segurança multidimensional. E lida com esses quatro pilares como temas
325 fundamentais, acrescentando outro tema que é o tema da cooperação jurídica
326 internacional. Em relação ao tráfico de pessoa, o que nós temos? Uma localização
327 geográfica que acaba criando rotas que ao mesmo tempo nos aproximam de todas as
328 partes do mundo, nos trazem vulnerabilidades para o tráfico de pessoas, e eu aqui estou
329 falando em termos de Américas, de todo o Hemisfério. Da mesma forma como a
330 questão do tráfico acontece para outros continentes, ele também acontece dentro do
331 Continente, dentro do próprio país, é uma questão inerente de todos os países, de todas
332 as sub-regiões, nós temos sub-regiões também dentro das Américas, da região como um
333 todo e que nos levam aos outros continentes e traz dos outros continentes também. As
334 vulnerabilidades na região das Américas, especialmente, nas nossas regiões, a região da
335 América do Sul, a América Central e Caribe, nós sabemos que tem muito a ver com
336 pobreza, com desigualdade, com uma série de questões que são fartamente conhecidas
337 de todos nós que trabalhamos seja na sociedade civil, seja no governo, sejam em
338 organismos internacionais. Mas, uma coisa interessante é que muitas dessas
339 vulnerabilidades fazem com que muitas pessoas também sejam vítimas por conta do
340 quê? Como é que isso muitas vezes mascaradamente se apresenta? Uma possibilidade
341 de migração a partir de ver busca de maior segurança e bens materiais. A expectativa de



342 trabalho muitas vezes há uma falsa promessa de que há um éden, um paraíso prometido
343 além-mar ou além-fronteira. Também a demanda pela indústria do sexo, é uma
344 realidade que faz com que muitas pessoas, homens e mulheres, sejam realmente vítimas
345 de uma falsa promessa de trabalho e também a demanda por emprego para pessoas com
346 pouca ou quase nenhuma qualificação que também é uma questão da nossa região
347 americana. Nós temos nos nossos países, e como eu disse, especialmente, América do
348 Sul, América Central e Caribe, temos ainda com a desigualdade, com a pobreza, ainda
349 temos muita dificuldade em qualificar, em oferecer oportunidade de acesso, de
350 educação, de acesso a trabalho justo a muitas pessoas e isso muitas vezes faz com que
351 muitas quadrilhas de tráfico internacional atuem com uma falsa promessa de melhoria.
352 Então, esses fatores que nos aproximam como países, eles também tem que servir de
353 motivação para que nós busquemos alternativas e aí é que vem questão do trabalho
354 cooperado e da responsabilidade compartilhada. Então, se nós temos tantos fatores
355 comuns de vulnerabilidades e temos também tantos fatores comuns que fazem com que
356 as pessoas se tornem vítimas, temos também que juntar os nossos elementos comuns
357 para que nós possamos fortalecer a partir de um processo de responsabilidade
358 compartilhada, a busca das alternativas e das soluções para muitas questões. em relação
359 ao Plano Hemisférico da OEA, o que nós trabalhamos? Como é que a OEA trabalha? A
360 OEA trabalha, basicamente, com base em documentos e mandatos que os estados-
361 membros dão. Então, a OEA é uma organização que, como eu disse, tem 35 países,
362 atualmente 34, atuando integralmente, nós temos um conselho permanente que é
363 formado por embaixadores de todos os países e que se reúnem, tomam todas as
364 decisões, definem os mandatos os quais os Estados vão cumprir a partir do apoio da
365 Secretaria Executiva da OEA. A OEA é uma organização de consenso, então, não é uma
366 organização onde o mais rico manda mais, ou faz mais, não, ali todos valem igual.
367 Então, não interessa se os americanos põem mais dinheiro, não interessa, se o Suriname
368 disser: "Eu não concordo, eu não aceito essa política", não vai, e vai se buscar o
369 consenso. A grande vantagem de um organismo político regional como a OEA porque é
370 onde os países podem, sim, construir, conjuntamente, consensos que vão se transformar
371 em políticas públicas. Plano Hemisférico que já vem do quê? Ele já vem do Plano
372 Global das Nações Unidas. Então, o Plano Hemisférico não é nenhuma novidade, como
373 o Plano Nacional não é nenhuma novidade. Existem os protocolos já e nós vamos
374 trabalhando a partir disso criando, claro, de acordo com as necessidades da Região.
375 Então, por exemplo, o Plano Hemisférico da OEA é, seguramente, diferente do Plano

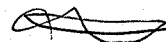


376 Hemisférico dos países do Oriente Médio, vamos dizer assim, que também fazem parte
377 das Nações Unidas. Então, esse plano vem do protocolo para prevenir, reprimir e punir
378 o tráfico de pessoas que é um protocolo das Nações Unidas e que a OEA a partir disso
379 passou a criar os fóruns políticos de autoridades máximas e os fóruns técnicos para sua
380 implantação. Então, como é que são os fóruns políticos? A partir dos fóruns políticos, a
381 OEA passou a trabalhar nesse sentido. E nesses fóruns então já trabalhando dentro de
382 um fórum político, já saíram as conclusões e recomendações de duas importantes
383 reuniões que já aconteceram: o plano nasceu da decisão política das altas autoridades
384 dos países da OEA, a primeira realizada na Venezuela e a segunda na Argentina, que
385 decidiram que o Hemisfério deveria ter um plano de trabalho contra o tráfico de
386 pessoas. E essa decisão aconteceu e saiu a partir de uma resolução que fez com que na
387 terceira reunião, realizada na Guatemala, em 2012, então já saíram as diretrizes desse
388 plano de trabalho hemisférico. E essas diretrizes, na verdade, saíram a partir do
389 compromisso político dos estados-membros. As três reuniões definiram o
390 estabelecimento de políticas públicas e estratégicas para combater o tráfico de pessoas,
391 o fortalecimento do sistema legal contra o tráfico de pessoas, a produção e a melhoria da
392 informação estatística, a identificação das vítimas, a prevenção e a proteção. Então,
393 esses foram alinhamentos políticos dados pelas reuniões políticas e que depois se
394 traduzem em ações técnicas. Com isso então esse fórum político definiu as diretrizes e
395 esses diferentes fóruns técnicos formados por elementos dos diferentes países e
396 coordenados pela OEA trabalharam para definir as três grandes linhas de ação, a
397 prevenção, que é promover legislação abrangente, políticas públicas, planos de ação,
398 campanhas de divulgação, fortalecimento. Esse plano foi aprovado em 2010, e o Brasil
399 já a partir de 2012, começou a implementar efetivamente essas ações. O segundo ponto
400 importante no Plano da OEA, que é também ponto importante do Brasil, é a
401 responsabilização dos criminosos. Essa é uma questão que temos feito um grande
402 esforço na OEA. Sra. Paulina apresentou a proposta discutir uma agenda comum a partir
403 da realização dessa reunião hemisférica de altas autoridades sobre tráfico de pessoas no
404 Brasil onde, seguramente, no programa, poderia ser organizado momentos de
405 participação da sociedade civil. Esta será uma melhor forma de interagir com maior
406 número de países possível, levando o que nós já temos e trazendo o que nós não temos.
407 Alguns países também têm práticas muito interessantes e muito avançadas e nós
408 podemos aproveitar isso e não necessariamente as melhores práticas são as dos países
409 mais ricos. Às vezes, temos países pequenos que criativamente e por vontade política já



410 conseguiram alguns avanços. Sra. Paulina encerrou a sua explanação agradecendo a
411 presença de todos, desejando que a OEA tenha a oportunidade de trabalhar com o
412 CONATRAP de forma mais estreita, não apenas em grandes reuniões, mas também nos
413 Comitês. O Sr. Presidente retonou a reunião e concedeu a palavra para a Sra. Heloísa
414 Greco, Coordenadora Nacional de ETP que realizou uma apresentação das atividades da
415 Coordenação Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, órgão vinculado ao
416 Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação (DEJUS) da Secretaria
417 Nacional de Justiça (SNJ) e que será responsável pela Secretaria Executiva do
418 CONATRAP. Sra. Heloísa apresentou seis linhas que são trabalhadas pela
419 Coordenação de ETP. A primeira é da gestão da política, que envolve tanto o Grupo
420 Interministerial, Coordenação Tripartite, agora o CONATRAP, entre outras. A segunda
421 é a integração federativa, como trabalho da Rede de Núcleos e Postos, e os comitês. A
422 terceira relaciona-se à cooperação internacional. A quarta refere-se à gestão do
423 conhecimento; A quinta são as campanhas e comunicação, e a sexta a administração e
424 gestão interna. A gestão da política nacional está a cargo da Coordenação Tripartite,
425 toda parte de articulação, discussão e os encaminhamentos que são feitos no âmbito
426 dessa coordenação, além disso, a Coordenação realiza toda de sistematização do Grupo
427 Interministerial e monitoramento do II Plano. Os relatórios são produzidos de quatro em
428 quatro meses. Ainda não temos um sistema, então, toda a informação que os 17
429 ministérios encaminham para a coordenação, é sistematizada manualmente para
430 produzir o relatório de monitoramento. A Coordenação de ETP já está conversando com
431 a Secretaria de Direitos Humanos, para utilizar o modelo de sistema do PNDH3, para
432 fazer o acompanhamento do II Plano. Dentro da parte da política nacional atua ainda na
433 Secretaria Executiva do CONATRAP, realizando toda a parte de articulação. Além
434 disso, também participa de outros conselhos federais, dentro deles nós participamos do
435 CONDEF, o Conselho Nacional de Turismo, a Comissão Intersetorial de Enfrentamento
436 da Violência Sexual da Criança e Adolescente, e do Conselho Nacional de Direitos da
437 Mulher. A Coordenação Nacional de ETP responde a outros planos nacionais que têm
438 metas de enfrentamento ao tráfico de pessoas, também faz o acompanhamento da CPIs,
439 tanto do Senado, quanto da Câmara dos Deputados, que tem sido acompanhada muito
440 de perto, assim como, toda a discussão que tem sido feito na elaboração dos dois
441 projetos de leis resultantes dessas duas CPIs. Também atua na Estratégia Nacional de
442 Fronteiras, inclusive, no âmbito do Enafron, no ano passado, foi apresentado o
443 Diagnóstico de Fronteiras. Além disso, há toda a articulação de parcerias e apoios

444 institucionais, tanto com o Poder Judiciário, Ministério Público, os ministérios, todos os
445 nossos parceiros. Na parte de integração federativa, o trabalho de articulação dos
446 núcleos, postos e comitês. Existe uma frente, que é a de Gestão de Convênios, que exige
447 técnicas que operam, que fazem toda a parte de fiscalização e acompanhamento dos
448 convênios. Organizamos ainda as reuniões técnicas da Rede de Núcleos e Postos para
449 harmonizar todo o trabalho, o fluxo de atendimento, os instrumentos que os Núcleos e
450 Postos utilizam. Tudo isso nós temos discussões conceituais constantes todos os anos,
451 nós produzimos documentos que orientam o trabalho da Rede, os últimos que nós temos
452 produzido, o ano passado nós fizemos uma discussão muito intensa para a ficha de
453 atendimento e o fluxograma, o passo a passo, como que os Núcleos e Postos fazem os
454 encaminhamentos para as redes de referenciamento, então, nós trabalhamos na parte de
455 elaboração desses documentos Na parte de cooperação técnicas são dois grandes
456 parceiros: o ICMPD e a União Europeia, com uma trajetória de cooperação que
457 começou com o projeto Jornadas Transatlânticas, finalizado ano passado com o projeto
458 *Intineris*, que teve publicações importantes para a Rede de Núcleos e Postos. Este ano
459 inicia-se a primeira reunião da equipe do projeto Migrações Transfronteiriças. Além
460 disso, também há uma parceria histórica com o UNODC. Existe hoje um Projeto de
461 cooperação técnica também com o UNODC, inclusive toda estrutura do CONATRAP, a
462 eleição, os produtos que nós utilizamos, a metodologia, é produto de uma consultoria
463 com o UNODC. A parceria com o UNODC também, inclui estudos e pesquisas que
464 serão entregues até o final do projeto. Além disso, na cooperação internacional, temos
465 acordos, temos diálogos multilaterais e bilaterais. Dos multilaterais, citou-se da
466 Comissão de Ministros de Justiça - COMJIB, a CPLP, o Mercosul, a OEA, que é a
467 doutora Paulina e o Fernando representam, a Unasul, e acordos bilaterais também, com
468 Bolívia, Portugal, Guiana, Rússia, Argentina, entre outros. E que também a CETP
469 participa de vários fóruns dentro do sistema ONU, como a AGNU, OIM, OIT e
470 UNODC. A parte de gestão do conhecimento, citou que há um esforço muito grande,
471 tanto da estrutura para política produzir informações, dados, na área de tráfico de
472 pessoas. Estão sendo realizadas várias capacitações da Rede de Núcleos e Postos,
473 técnicos do Ligue 180, entre outros atendentes e pessoas que trabalham na ponta.
474 Também atua-se muito na produção de artigos, estudos e pesquisas, isso também muito
475 em parceria com a ICMPD e UNODC. Igualmente existe a parte de organização de
476 prêmios para conhecer tanto boas práticas também, como produções acadêmicas na área
477 de tráfico de pessoas. Além disso, informou que o Grupo de Trabalho sobre Dados de



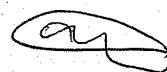
478 ETP finalizou no ano passado, um protocolo de intenções para coleta de dados criminais
479 com a aprovação de uma metodologia integrada para a coleta de dados de tráfico de
480 pessoas no sistema de justiça e segurança pública. A coordenação de ETP também
481 responde relatórios nacionais e internacionais, além do monitoramento do PPA. Utiliza-
482 se de distintas formas de comunicação, a saber: informativos mensais, *fan page* no
483 Facebook, Twitter, onde sempre tenta-se disseminar tudo que é produzido na
484 Coordenação, site do MJ e informações tanto da Coordenação Tripartite, quanto na
485 Coordenação de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Responde também demandas
486 recebidas a partir da Lei de Transparência Pública. São fornecidas informações também
487 sobre as atividades e análises de projetos de leis em tramitação no Congresso, produção
488 dos cadernos temáticos (em temas que ainda tem lacunas de estudos). Inclusive a
489 consultora contratada para produzir esses cadernos temáticos, a Waldimeiry, faz parte
490 aqui do Comitê. Além disso, das publicações atuais, algumas dessas publicações estão
491 na pastas. Nós temos o Relatório Nacional de Dados de Tráfico de Pessoas, de 2005 a
492 2011, já temos previsão, por uma consultoria também, esse ano, de lançar o relatório
493 com os dados de 2012. O Guia de Referência para a Rede de Enfrentamento, nós temos
494 uma sequência de três guias, que são extremamente importantes para a Rede de Núcleos
495 e Postos, o primeiro deles, que é o que já está publicado, que é o Guia de Referência,
496 este ano ainda será publicado o Guia de Atuação da Rede e o Guia de Formação de
497 Formadores, então, será montado um box com esses três guias. A metodologia integrada
498 de coleta e análise de dados e informações sobre tráfico de pessoas, a pesquisa
499 ENAFRON, que é uma publicação de outubro do ano passado também, que foi uma
500 pesquisa rica e com um volume de informação muito importante, que tem todo o
501 diagnóstico do tráfico de pessoas na área de fronteira do Brasil. Além disso, o mais
502 recente lançamento é "O tráfico de pessoas, uma abordagem para os direitos humanos".
503 Ainda temos acordos de cooperação técnica com a Infraero, para possibilitar a
504 implantação de postos nos aeroportos, com a Universidade de Goiás, com o projeto Vira
505 Vida do Sesi. E foi firmado em novembro do ano passado o protocolo de intenções
506 com o sistema de Justiça para coleta de dados sobre tráfico de pessoas. E, por fim, as
507 campanhas. Ano passado foi lançada, a campanha do Coração Azul, este ano nós
508 estamos contratando também uma pessoa para trabalhar apenas com a campanha
509 Coração Azul, Informa que a SNJ está apoiando a Campanha da Fraternidade de 2014,
510 bem como Agenda de Convergência nos grandes eventos. Além disso, responde a
511 demandas de jornais, revistas, televisões, dentro do possível, quando nós damos conta.



512 Sra. Heloísa enfatizou que essa mesma coordenação que faz todo esse trabalho é a
513 mesma coordenação que vai secretariar o CONATRAP. Portanto, a coordenadora pediu
514 que os membros do CONATRAP fiquem sensibilizados quanto a estrutura apresentada
515 para a Secretaria Executiva, mas afirmou que a Coordenação está disposta a assumir a
516 responsabilidade com o CONATRAP de desenvolver o melhor trabalho possível,
517 garantindo a estrutura necessária ao desenvolvimento de suas atividades. Após a
518 apresentação da Sra. Heloisa Greco, o Sr. Presidente passou a palavra ao Sr. Daniel
519 Avelino da (Secretaria-Geral da Presidência da República) que realizou uma palestra
520 sobre o panorama da participação social no Brasil e sobre o papel do CONATRAP no
521 desenvolvimento da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Sr.
522 Daniel Avelino iniciou a sua palestra indagando o que é um órgão colegiado de
523 participação social? Segundo o palestrante, o Governo Federal, carece de algumas
524 normas estruturantes, ou de alguns conceitos estruturantes referentes à participação
525 social. Isso vai mudar muito brevemente, com a edição da Política Nacional de
526 Participação Social, que aguarda a assinatura da presidenta. Por enquanto, então,
527 conceituamos o órgão colegiado de participação social com base em uma nota técnica
528 da Secretaria Geral como sendo órgão público colegiado voltado para participação
529 social. Detalhando, então, cada um desses elementos: órgão público significa criado e
530 mantido pelo Poder Público, uma estrutura permanente, formalmente instituída pelo
531 Estado, ou seja, os conselhos, as comissões, os comitês, eles não são criados pela
532 sociedade civil, eles são criados pelo governo, com a participação da sociedade. O fato
533 de ser colegiado significa que ele não tem uma pessoa que é titular daquele órgão, pelo
534 contrário, ele tem uma coletividade de pessoas, e é pela soma dessa coletividade que ele
535 expressa a sua manifestação institucional, e mais ainda, cada uma das pessoas que faz
536 parte desse colegiado está em igualdade de condições com os seus pares, e não importa
537 se é um conselheiro, um membro de comitê, um membro de comissão do governo ou da
538 sociedade civil, todos tem que ter o mesmo tratamento idêntico em um órgão colegiado.
539 E, por fim, que seja voltado para a participação social, ou seja, que ele traga a agenda de
540 discussões, de debates da sociedade, para que haja uma convergência também com a
541 agenda pública, com a agenda de discussões do órgão governamental, formando, assim,
542 uma verdadeira agenda pública de debates, que possa ser tratada dentro daquele órgão
543 colegiado de acordo com suas atribuições. E para que isso aconteça, nós entendemos
544 que é essencial que neste órgão colegiado não apenas os temas da sociedade civil
545 entrem, mas também os membros da sociedade civil possam fazer parte, e é o que nós



546 colocamos com a presença de representantes não governamentais entre os seus
547 membros. E como vocês não podem ler, porque eu coloquei a letra muito pequena ali,
548 nessa tela está exibida para vocês como é que está a situação dos conselhos, que é um
549 dos órgãos colegiados mais conhecidos no Brasil, pela sua distribuição nacional. Isso é
550 o resultado da PNAD, do IBGE, de como está a distribuição dos conselhos por
551 municípios no Brasil, dos conselhos municipais. E o que nós percebemos é que é um
552 tipo de órgão público, é uma estrutura de participação social altamente difundida.
553 Conselhos como o de Assistência Social, de Saúde, conselhos ligados à área de
554 educação, conselhos tutelares, estão presentes em mais de 99% dos municípios
555 brasileiros. Dá para nós dizermos, com certo arredondamento, que praticamente todos
556 os municípios brasileiros têm um conselho municipal de assistência social, um conselho
557 municipal de saúde, o que significa que existe uma estrutura gigantesca de órgãos
558 colegiados de participação social que alcançam todo o território nacional, que nós não
559 podemos desconsiderar, isso é o que torna o Brasil referência no mundo em relação à
560 participação social. Mais ainda, se nós formos analisar algumas normas recentes, eu fiz
561 aí uma pesquisa com base em leis e decretos federais, nós percebemos uma tendência de
562 criar novos órgãos colegiados de participação social. Apenas no ano de 2013, nós
563 tivemos a criação, a instituição ou a alteração de todos esses conselhos no sistema
564 administrativo federal, e percebam que são conselhos, comissões e comitês nas áreas
565 mais diferentes possíveis, da área de irrigação, o próprio Comitê de Enfrentamento ao
566 Tráfico de Pessoas, estoques de alimentos, relações de consumo, então, praticamente
567 todas as áreas de políticas públicas brasileiras, lógico, com algumas exceções, contam
568 com algum tipo de órgão colegiado para discutir as suas políticas públicas. Eu faço
569 destaque daqui de dois, especificamente, a Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, uma
570 data bem auspiciosa, e o Decreto nº 8.136, que foi assinado na abertura da Conferência
571 Nacional de Igualdade Racial. Esses dois atos normativos instituem um sistema de
572 conselhos de amplitude nacional, no primeiro caso o sistema de conselhos de juventude,
573 nacional, estadual e municipal, e no segundo caso o dos conselhos de promoção da
574 igualdade racial, também no nível nacional, estadual e municipal, mostrando que esse
575 desenho específico de órgãos colegiados, divididos de acordo com a estrutura federativa
576 do Brasil, também é uma tendência em boa parte das políticas públicas. Bom, e aí esse
577 dado está um pouquinho defasado, mas é só para nós termos uma ideia, fazendo uma
578 contagem rápida dos membros do governo e dos membros da sociedade civil naqueles
579 maiores conselhos, nos conselhos com os quais nós dialogamos mais diariamente, nós



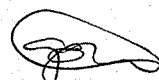
580 percebemos que nós temos uma prevalência de conselheiros da sociedade civil no total,
581 lógico que nós temos conselhos, comissões e comitês em que predominam
582 representantes governamentais, temos outros que predominam representantes da
583 sociedade civil, mas no somatório o que nós percebemos é que esses órgãos colegiados
584 privilegiam a presença de membros não governamentais entre seus participantes. Bom,
585 vou passar bem rapidamente aí sobre essas telas, mas isso daí foi o mesmo estudo que
586 nós apresentamos no II Encontro da Rede Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de
587 Pessoas, em Recife, em 2011, mas é para mostrar para vocês que nós ainda não temos,
588 como está ali no começo, normativas estruturantes sobre os órgãos colegiados de
589 participação social no Brasil. Nós não sabemos, não temos como definir, por exemplo,
590 qual é a diferença precisa entre um conselho nacional, uma comissão nacional e um
591 comitê nacional, o que faz com que os conselhos, as comissões, os comitês sejam hoje
592 regidos por normas setoriais próprias, cada política pública define as regras do seu
593 órgão colegiado, e isso gera algo que é, nós vemos como algo muito positivo, uma
594 profusão de formas de organização desses órgãos colegiados. Existe, por outro lado, um
595 expressivo número de estudos acadêmicos sobre o tema, e também a sociedade civil tem
596 uma ampla produção técnica sobre efetividade, sobre proposições, sobre como deveriam
597 se organizar, isso se junta com a experiência, algumas experiências isoladas pontuais de
598 integração desses órgãos, que eu vou falar no final da apresentação. Então, de uma
599 maneira bem rápida, fazendo uma pesquisa semântica por associação, analisando a
600 denominação de alguns conselhos, nós temos esse desenho de que os 800 conselhos que
601 nós encontramos no Governo Federal, eles se concentram mais dentro da denominação
602 de conselho diretor, as comissões que nós verificamos dentro da estrutura da
603 administração pública federal, em geral, se denominam como comissões nacionais ou
604 comissões técnicas, e os comitês eles se apresentam, do ponto de vista da denominação,
605 muito mais ligados à terminologia de gestão, conselho de gestão, conselho gestor. Aí
606 está o resumo disso, mais ou menos como é que se distribui do ponto de vista semântico
607 essas três formas de organização colegiada. E do ponto de vista mais quantitativo, o que
608 nós percebemos é que nós temos, no Brasil, cerca de 800 órgãos que se denominam
609 conselhos, sendo 101 deles conselhos nacionais, praticamente 500 comissões, sendo que
610 36 delas se apresentam como comissões nacionais, e mais de 200 comitês, sendo que 26
611 deles se apresentam como comitês nacionais. Resumindo, temos um uso indistinto
612 desses termos na administração pública federal, mas é algo que também está sendo
613 estudado, e deve ser alterado com edição da Política Nacional de Participação Social.



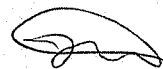
614 Então, quantos órgãos colegiados nós temos na administração pública federal hoje?
615 Depende para quem você perguntar. No estudo recente do INESC e do Pólis,
616 denominada Arquitetura da Participação Social no Brasil, eles destacaram 60 órgãos
617 colegiados como sendo os representativos da participação social no Brasil. No Guia dos
618 Conselhos Nacionais, que nós editamos pela Secretaria-Geral da Presidência da
619 República, nós destacamos 35 conselhos nacionais, 5 comissões nacionais e 57 outros
620 órgãos colegiados de participação social. E, naquela pesquisa, que mencionei, na base
621 de dados do Sistema de Informações Organizacionais do Ministério do Planejamento,
622 nós encontramos 62 órgãos denominados conselhos nacionais, 33 denominados
623 comissões nacionais e 14 denominados comitês nacionais. E como é a situação da área
624 de enfrentamento ao tráfico de pessoas? Para isso é preciso nós fazermos um breve
625 histórico de quais foram os debates, quais foram as discussões que resultaram no
626 desenho institucional atual do Conatrap. Então, a partir do I Plano Nacional de
627 Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, a partir da avaliação da atividade desse plano, foi
628 iniciada pelo Ministério da Justiça uma sequência de debates voltados à formulação, a
629 construção de um II Plano de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Essa sequência de
630 debates envolveu discussões com especialistas, avaliação dos resultados do primeiro
631 plano, e do ponto de vista da participação social, também um conjunto de estratégias
632 participativas para que a população pudesse vir e dar a sua contribuição em relação ao
633 conteúdo do futuro II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Eu
634 destaco aqui para vocês o processo de consulta virtual *on-line*, que foi promovido pelo
635 Ministério da Justiça, sobre o conteúdo desse plano, e a realização das plenárias livres,
636 envolvendo a sociedade civil organizada, envolvendo órgãos do governo relacionados
637 com o tema, destacando que essas plenárias que foram realizadas para a discussão do II
638 Plano de Enfrentamento contaram, inclusive, com reuniões ocorridas fora do Brasil pela
639 comunidade de brasileiros no exterior, pelos órgãos e pelas entidades sediados no
640 exterior, mas que discutiam esse tipo de tema sob a perspectiva da realidade brasileira.
641 Então, foi um processo participativo do começo ao fim, praticamente uma conferência
642 internacional sobre o tema de enfrentamento ao tráfico de pessoas, e um grande ponto
643 de convergência desse processo participativo foi o II Encontro Nacional da Rede de
644 Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, ocorrido em novembro de 2011, no começo de
645 novembro de 2011, em Recife, que nós vamos falar com um pouco mais de detalhes.
646 Então, esse II Encontro Nacional da Rede de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas,
647 ocorrido no começo de novembro, em Recife, em 2011, teve como destaque não apenas



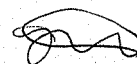
648 essa xilogravura de J. Borges, que acabou virando a marca do evento, mas também um
649 conjunto de proposições, frutos daqueles debates, daqueles processos participativos, que
650 foram avaliados, priorizados, e depois sintetizados no que veio a se tornar o II Plano
651 Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, e já nesse encontro, já em novembro
652 de 2011, já estava apontada a necessidade de criação de um órgão colegiado de
653 participação social para cuidar do monitoramento e do acompanhamento desse plano. E
654 esse encontro, com base nessas contribuições da sociedade, já apresentava algumas
655 características que esse órgão deveria ter. Então, ele deveria ter uma estrutura
656 transversal, vinculado ao Ministério da Justiça, que deveria ter, na sua composição, a
657 participação de outros conselhos, e que ele, a criação desse órgão, deveria tramitar em
658 conjunto com a edição do II Plano. E mais um vez, nós vemos um trecho do Decreto nº
659 7.901, de fevereiro de 2013, em que está disposta a composição do Conatrap, e nesse
660 Decreto nós percebemos como resultado daqueles debates, como resultado da
661 contribuição da sociedade civil, que na sua composição o Conatrap reflete essa busca
662 pela transversalidade. Ele é composto não apenas por representantes governamentais,
663 especificamente do Ministério da Justiça, da Secretaria das Mulheres, da Secretaria de
664 Direitos Humanos e do MDS, como também representantes da sociedade civil, até aí
665 nenhuma novidade em relação aos outros conselhos e comissões, mas também
666 representantes de outros órgãos colegiados como fazendo parte desse comitê, então,
667 destaca-se o Conselho Nacional de Assistência Social, o Conanda, o Conselho dos
668 Direitos da Mulher, a Comissão para Erradicação do Trabalho Escravo, Conselho de
669 Promoção da Igualdade Racial, de Imigração, de Saúde, de Segurança Pública, Turismo
670 e o Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT. Então, percebam, lógico,
671 além de representantes dos núcleos estaduais e dos comitês estaduais. Então, percebam
672 que o Conatrap já nasce transversal, ele já nasce levando em consideração que ele tem
673 alguns irmãos mais velhos, que são os outros conselhos, as outras comissões, prestando
674 uma deferência, prestando um reconhecimento a esses órgãos que já existem, e
675 chamando para o debate, e reunindo tudo isso na mesma mesa. Bom, e tivemos, então,
676 recentemente, o processo eleitoral do Conatrap, em que foram eleitos os representantes
677 da sociedade civil, que são essas listas que estão não apenas na tela, mas sentados à
678 mesa junto conosco, e todos esses em um processo bem democrático, em um processo
679 participativo, puderam conquistar a sua vaga e defender os interesses da sociedade neste
680 Comitê. Então, para falarmos de transversalidade, eu queria ressaltar bastante essa
681 característica do Conatrap, eu queria antes falar de qual é o seu oposto, então, quando



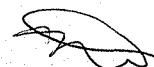
682 nós falamos transversalidade, nós estamos falando transversalidade em oposição a quê?
683 Do ponto de vista da análise histórica dos órgãos colegiados de participação social no
684 Brasil, o que verificamos em vários momentos históricos brasileiros é uma tendência de
685 superespecialização desses órgãos da administração pública como um todo, mas isso
686 afeta também os órgãos de participação social. Os órgãos públicos e os conselhos, as
687 comissões e os comitês, não são exceção nesse caso, têm uma tendência a se
688 especializarem cada vez mais naquele assunto para o qual eles estão voltados. Em
689 alguns casos se especializam tanto, que acaba havendo um destacamento, um
690 isolamento em relação aos demais órgãos. No caso dos órgãos colegiados de
691 participação social isso é ainda mais grave, porque em geral eles são criados com
692 estruturas de assessoramento, estruturas auxiliares, estruturas que trabalham junto com
693 algum outro órgão da administração pública a quem cabe a tarefa de gerir aquela
694 política, então, eles são órgãos que fazem o controle democrático de um órgão da
695 administração pública que tem como atribuição gerir uma determinada política pública.
696 Mas, em alguns casos, esses conselhos, essas comissões, esses comitês, acabam se
697 tornando tão especializados no seu tema, acabam adquirindo uma propriedade, se
698 apropriando tanto daquele tema, que eles se tornam mais fortes, mais poderosos e mais
699 influentes do que o próprio órgão gestor a quem caberia fazer a administração daquela
700 política, e absorvem o órgão gestor, e se tornam eles próprios o órgão da administração
701 pública, que se cristalizam como eles próprios os órgãos da administração pública
702 responsável pela gestão daquela política pública. Aqui têm alguns casos que
703 aconteceram entre a década de 30 até a década de 60, de conselhos que se tornam
704 departamentos, de conselhos que se tornaram órgãos públicos propriamente ditos, e o
705 caso mais específico que eu trago aqui como uma curiosidade é o caso da primeira
706 versão do Conselho Nacional do Trabalho, criado no período Vargas, e que se tornou
707 tão forte, que adquiriu tanto poder e tanta influência na mediação dos conflitos ligados à
708 relação de trabalho, que deu origem, depois na edição da CLT, no que nós conhecemos
709 hoje como a Justiça Trabalhista. Então, tem um conjunto de órgãos na administração
710 pública que nasceram de conselhos. Alguns exemplos bem atuais, que nós temos ainda
711 hoje em dia, é o caso, por exemplo, das entidades da administração pública indireta, que
712 ainda guardam um nome de conselhos, ou a sigla de conselhos ou de comissões, como é
713 o caso, por exemplo, do CNPq, antigo Conselho Nacional de Pesquisa, do CADE,
714 ligado ao Ministério da Justiça, Comissão Nacional de Energia Nuclear e a Comissão de
715 Valores Imobiliários, todos eles nasceram como um órgão colegiado de participação



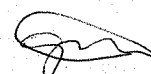
716 como este aqui do qual vocês fazem parte hoje, e o que aconteceu? Superespecialização,
717 engessamento das suas relações, e eles acabaram se cristalizando como um órgão da
718 administração pública, não mais com a participação da sociedade, como costumavam
719 ser. E hoje, falando especificamente dos conselhos e de comissões, nós temos um
720 grande mosaico, de órgãos colegiados voltados aos mais diferentes temas. Esses daí
721 são aqueles que são destacados no Guia dos Conselhos, publicado pela Secretaria-Geral.
722 E quem sabe, em breve, teremos mais uma sigla, o Conatrap, fazendo parte desse grande
723 mapa da participação social colegiada no Brasil. Então, prestem bastante atenção, tirem
724 uma fotografia mental aí desse mapa, não faltam conselhos no Brasil hoje, não faltam
725 comissões. Nós temos conselho e comissão para praticamente tudo, para praticamente
726 todos os assuntos, e esses daí são os que têm participação da sociedade, então, em cada
727 um deles nós temos participação da sociedade civil. E aí nós viemos falar, então, do que
728 nós entendemos como sendo um remédio ou uma reação àquela superespecialização dos
729 órgãos colegiados, que é o trabalho com base na transversalidade. E transversalidade
730 seria, então, esse atravessamento mútuo dos saberes, essa tentativa de construir, de
731 superar as fronteiras tradicionalmente conhecidas entre os saberes, entre as atuações,
732 entre as organizações, entre os órgãos públicos, no que o autor Sílvio Galo resume
733 como sendo a ideia de uma mestiçagem. Bom, para que há uma transversalidade, tem
734 um outro conceito irmão que nós precisamos sempre ter em mente, que é a ideia de
735 organização em rede ou de trabalho em rede, que significa nós preservarmos a
736 autonomia, preservar o espaço próprio de cada um dos componentes, mas trazer para
737 eles um novo nível de inter-relação, em que eles ganhem mais força, ganhem mais
738 poder. E um projeto transversal que queira se apresentar realmente como um projeto
739 transversal, também deve cumprir alguns requisitos básicos, não pode ser qualquer coisa
740 que nós simplesmente demos o nome de transversal que vale como sendo tal. Eu vou
741 deixar essa apresentação para quem quiser fazer essa leitura depois. E como é, então, a
742 integração entre os órgãos colegiados que nós temos hoje em dia? Inicialmente nós
743 percebemos alguns esforços pontuais, alguns esforços setoriais de tentar fazer com que
744 um órgão colegiado dialogue com outro, é o caso, por exemplo, que nós verificamos do
745 tema da seguridade social, que é um bom exemplo de multisetorialidade, no tema da
746 seguridade social, nós podemos reunir pela disposição constitucional brasileira atual,
747 composto pela saúde, assistência social e previdência social, podemos reunir os três
748 conselhos de cada uma dessas áreas, e fazer um debate que seja legitimamente
749 representativo do tema da seguridade social brasileira, e também algumas perspectivas



750 de intersetorialidade, ou de interpenetração dos temas, é o caso, por exemplo, dos
751 grupos que foram criados para discutir a situação específica das mulheres negras, que
752 levam em conta que já existe um Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, e por outro
753 lado já existe também um Conselho Nacional da Igualdade Racial, e reunindo
754 representantes desses dois conselhos, consegue legitimidade, consegue
755 representatividade para levar adiante um debate de um tema como esse. Então, temos
756 várias experiências já acontecendo na ideia de multisetorialidade, e na ideia de
757 intersetorialidade em que nós conseguimos identificar os autores envolvidos, reunimos
758 esses autores, e o tema flui. Mas, o que acontece naqueles temas que são tão amplos ou
759 tão complexos, que nós não temos condição de identificar, de nomear, de listar
760 exatamente todos os atores que são afetados por ele? Quando nós vamos discutir, por
761 exemplo, na linha puxada pelas Nações Unidas, os objetivos do desenvolvimento do
762 milênio, quem nós devemos chamar para o debate quando nós vamos discutir, por
763 exemplo, a Conferência Rio +20, que aconteceu há dois anos? Quando nós vamos
764 discutir temas amplos como o desenvolvimento? Mercosul e política externa? Reforma
765 política brasileira? Quais são os conselhos que nós temos que chamar para discutir
766 reforma política? Grandes eventos e o impacto social dos grandes eventos? Ou temas
767 altamente estruturantes do Estado, como é o caso do PPA, planejamento público e
768 orçamento público, quem nós chamamos para conversar? E aí nós nos deparamos com a
769 dificuldade da transversalidade, existem temas que não conseguem ser reduzidos a
770 elementos determinados e específicos de órgãos colegiados, e a ideia do enfrentamento
771 ao tráfico de pessoas também entra nesse desafio. Bom, como é que nós resolvemos
772 isso, nós Secretaria-Geral da Presidência da República e Ministério do Planejamento,
773 em relação ao tema do PPA e do planejamento e orçamento público? Tivemos que,
774 depois de quebrar muito a cabeça, desenvolver uma estratégia que nós chamamos de
775 estrutura participativa de segundo nível. As estruturas participativas de segundo nível,
776 dentro daquela ideia de transversalidade e organização em rede, ela leva em conta
777 aquelas estruturas que já existem, aqueles órgãos que já existem, mas não se substitui a
778 eles. Seria muito simples, naquela lógica da superespecialização, seria muito mais fácil,
779 muito mais prático, naquela linha de setorialidade, nós criamos um conselho do PPA, ou
780 um conselho do orçamento público, elege os representantes, e pronto, esse conselho vai
781 cuidar do PPA, mas qual é o problema disso? É que isso não leva em consideração que
782 existe aquele grande mosaico de conselhos, aqueles outros órgãos de participação
783 social, que também discutem o tema, então, seria uma profunda falta de respeito com



784 conselhos como o de Assistência Social e da Saúde, que inclusive tem função de
785 autorização orçamentária, seria uma desconsideração daqueles outros conselhos que já
786 criaram comissões de acompanhamento das políticas, comissões de debates sobre
787 financiamento e orçamento, seria o equivalente a nós jogarmos tudo isso no lixo e
788 começar do zero. Então, qual seria a alternativa, qual seria a maneira de nós levarmos
789 em conta o que já existe, mas também avançar um passo e dar um pouco mais de poder?
790 Criar um segundo nível de participação. E foi o que foi criado com o Fórum
791 Interconselhos, que reúne representantes de todos esses órgãos colegiados que foram
792 mapeados pela Presidência da República, mas não se limita a eles, por entender que eles
793 também não esgotam todo o campo da democracia participativa no Brasil. Houve
794 também o chamado de alguns movimentos sociais específicos que já lidavam com o
795 tema do planejamento, já lidavam com o tema do orçamento, para que integrasse o
796 Fórum Interconselhos diretamente, e pronto, lá foram feitos os debates sobre o PPA,
797 que nós temos vigente hoje, o PPA 2012 e 2015, e estão sendo feitos atualmente o
798 monitoramento desse planejamento e debates sobre a LDO e sobre a LOA. Então, esse
799 foi o desenho proposto, e que nós levamos a efeito. Baseado em um primeiro nível de
800 participação social, cuja economia é preservada, sobre ele é edificado um segundo nível,
801 que depende do anterior, não vive sem o anterior, mas que para cada um desses
802 conselhos consegue agregar uma função nova, consegue agregar uma atribuição nova,
803 um poder novo, que de outra forma eles não teriam, essa é a lógica da estrutura
804 participativa de segundo nível. E foi isso também que procurou ser feito, foi essa lógica,
805 foi essa estratégia que foi adotada na composição do CONATRAP, levando em conta
806 que outros conselhos já discutiam o tema do enfrentamento ao tráfico de pessoas, e que
807 isso não podia ser ignorado, esses conselhos foram convidados a fazerem parte de um
808 outro órgão colegiado, ou seja, de uma estrutura de um nível um pouco mais agregado,
809 para que trouxessem esses debates que acontecem nesses conselhos. Reparem que o
810 Conatrap não substitui nenhum desses outros conselhos que fazem parte dele, ou seja, o
811 Conselho Nacional de Assistência, o Conselho Nacional de Direitos da Mulher, o
812 Conselho de Imigração podem e devem continuar debatendo enfrentamento ao tráfico
813 de pessoas, mas ganham agora algumas informações novas, ganham agora um espaço
814 novo em que podem trocar experiência com outros órgãos, ganham agora possibilidades
815 de atuação diretamente nessa política, por intermédio do órgão gestor, que antes não
816 teriam, ou seja, pretende-se, com isso, ter ganhos de efetividade, ganhos de impacto,
817 sem diminuir a autonomia de cada um desses órgãos. Isso está dentro de uma grande



818 estratégia, de uma grande bandeira de luta que nós estamos defendendo na Secretaria-
819 Geral da Presidência da República, e no Governo Federal como um todo, que é o de
820 reconhecer a participação social como um direito humano, uma política de Estado
821 específica, e um método de governo. Isso faz com que nós precisemos enxergar cada um
822 desses órgãos colegiados, sejam os órgãos colegiados originais dos quais os senhores
823 foram indicados, seja o próprio Conatrap como um novo órgão colegiado que está
824 nascendo, como uma moeda de dois lados, como tendo uma dupla face. Ele tem funções
825 e tem atribuições na política setorial, ou seja, especificamente na política de
826 enfrentamento ao tráfico de pessoas, isso está bem descrito no II Plano, isso está bem
827 descrito no decreto que instituiu o Conatrap, dessa missão de ser o órgão de
828 participação social da política de enfrentamento ao tráfico de pessoas, mas tem outro
829 lado da história que, normalmente, fica implícito, é o de saber que cada um desses
830 órgãos colegiados é um órgão executivo, é um órgão executor de um projeto mais
831 amplo de democratização do Brasil, e para esse objetivo comum de tornar o Brasil um
832 país mais democrático, tornar a gestão pública brasileira mais democrática, tornar a
833 administração pública federal mais democrática, cada um desses órgãos colegiados está
834 em pé de igualdade com os demais, e é uma das instâncias nas quais nós mais nos
835 apoiamos, nas quais nós mais apostamos para que o resultado seja alcançado. Então,
836 finalizo fazendo, mais uma vez, essa propaganda, de que muito em breve nós teremos,
837 no Governo Federal, uma política nacional de participação social, sintam-se parte dela,
838 sintam-se agentes dessa política, sintam-se agentes de crítica, de cobrança, de demanda,
839 de proposição, mas também agentes de implementação e de execução dessa participação
840 social no Brasil. Faz parte desse pacote um Decreto instituindo a Política Nacional de
841 Participação Social, um compromisso nacional pela participação social a ser firmado
842 pelo Governo Federal, governos estaduais e governos municipais, para que nós
843 consigamos dar um viés federativo não impositivo para a participação social. E também,
844 como Heloísa já comentou, há o lançamento de um portal de participação social, que é o
845 participa.br, é o nome e é o endereço também, participa.br, inteiramente construído em
846 software livre, com tecnologia nacional, que pretende ser muito mais do que uma página
847 da internet ou repositório de documentos, informações e textos, um espaço de interação,
848 uma rede social permanente entre governo e sociedade em cada um desses temas, e
849 vocês já foram convidados a ocuparem uma comunidade dessa iniciativa. Queria
850 concluir com esse pequeno trecho, não dá para não falar desse sujeito, e tem muito a ver
851 com nossas bases. Depois eu deixo isso aí para nós fazermos uma leitura, mas eu queria



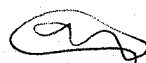
852 destacar a primeira frase, de que, segundo, a nossa querida referência, Paulo Freire, em
853 “Pedagogia do Oprimido”: “A autossuficiência é incompatível com o diálogo”. Falar de
854 transversalidade, então, significa convidar ao diálogo, fazer com que cada um e cada
855 uma de nós percebamos que existem outras pessoas, outros agentes, outro órgãos
856 colegiados que discutem, que têm interesse nesse mesmo tema, e nós sermos capazes de
857 estender para eles uma mão de convite, uma mão de chamado, para que venham
858 dialogar conosco. Em sua opinião, é a isso que o CONATRAP se propõe, é por isso que
859 ele foi desenhado dessa maneira, é por isso que ele tem essa composição, e é por isso
860 que os senhores e as senhoras estão aqui, sempre na direção do diálogo, e não na direção
861 da autossuficiência. O Sr. Daniel Avelino se despediu do Plenário agradecendo, mais
862 uma vez, a chance de poder trazer essas reflexões, de poder fazer esse debate. Enfatizou
863 aos membros do CONATRAP que tenham sempre na Secretaria-Geral da Presidência
864 da República um aliado e contem com essa estrutura para o que for preciso. Após a
865 apresentação do Sr. Daniel Avelino, a palavra foi facultada ao Sr. João Guilherme
866 Granja (Diretor do Departamento de Estrangeiros) e a Sra. Jana Petaccia de Macedo
867 (Secretária Executiva da Conferência Nacional de Migrações e Refúgio - COMIGRAR)
868 que realizaram uma apresentação acerca da metodologia da COMIGRAR e da
869 participação do CONATRAP nesse espaço. Sr. João Guilherme Granja iniciou a
870 explanação esclarecendo que a 1ª Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio tem
871 como objetivo geral ampliar o diálogo social, subsidiando a política, planos e ações, e o
872 atendimento que hoje é feito à população migrante no país e aos refugiados, àqueles que
873 precisam de mecanismos de proteção oferecidos pelo refúgio, e sob uma ótica da
874 construção de reconhecimento de direitos, a participação, o aprimoramento e a
875 percepção, o aprofundamento da percepção que temos sobre imigrantes no território
876 nacional, imigrantes fronteiriços internacionais, aquele que não tem nacionalidade
877 brasileira, como um sujeito de direitos, é uma das missões desse processo, é uma das
878 direções do diálogo. A expressão das demandas que muitas vezes são inviabilizadas por
879 anos e anos, em que a fronteira da documentação imigratória foi barreira para o acesso a
880 direitos, então, a viabilização desse público, a transversalização nesses moldes tão bem
881 definidos da temática imigratória, nos aproximarmos, percebemos as nossas
882 interdependências e convidarmos para que outros setores do governo e da sociedade
883 civil, entidades, pessoas, atores, redes da sociedade civil, das academias, a universidade,
884 institutos de pesquisa, trabalhadores, para que se apropriem ou se reapropriem da
885 temática migratória, para que pensemos em construção de direitos. E a convergência



886 entre as duas agendas, que até agora andava de uma forma paralela, que é a proteção
887 daqueles que sofrem perseguição nos seus contextos de origem para os quais são
888 oferecidos refúgio, e todos os outros ciclos e processos relacionados à construção de
889 direitos para os imigrantes. Nós escolhemos uma estratégia de tentar, através dos nossos
890 debates preparatórios da Conferência até aqui, identificar alguns eixos de
891 sistematização, e que estão aí para serem apropriados, serem discutidos nas próprias
892 conferências, e a igualdade de tratamento, o acesso a esses serviços de direitos é um
893 deles, as políticas voltadas para a inserção social econômica produtiva, os debates sobre
894 cidadania cultural e reconhecimento da diversidade, pluralidade social dos imigrantes e
895 do próprio Brasil, abordagem às violações de direitos e dos meios de prevenção e
896 proteção, e a participação social cidadã, transparência e a qualificação do uso dos dados
897 para políticas públicas de migração. Esses eixos, na verdade, são eixos provocadores de
898 debates, que surgiram da sociedade civil, surgiram das redes que se envolvem
899 cotidianamente na proteção e na assistência aos refugiados, e que também tem o contato
900 cotidiano com o tema dos migrantes internacionais, e com as instituições que
901 historicamente produzem reflexão acadêmica sobre isso. Isso nos mostra que é preciso
902 ampliar esse debate. Então, estamos aqui para apresentar justamente a experiência que
903 tem sido acumulada até aqui, em termos da organização da conferência, e reforçando
904 esse convite ao debate. Sr. João Guilherme Granja passou a palavra para a Sra. Jana
905 Petaccia de Macedo (Secretária Executiva da Conferência Nacional de Migrações e
906 Refúgio - COMIGRAR) que explicou aspectos técnicos da metodologia que está sendo
907 desenvolvida para a construção da COMIGRAR. Em termos de estratégias
908 metodológicas, optamos muito em uma construção de simplificação de metodologias, e
909 por isso eu queria apresentar alguns principais pontos dessa metodologia, como forma,
910 inclusive, de instigá-los a transmitir para as suas redes, e eu já consigo visualizar aqui
911 algumas pessoas, que por meio da nossa mobilização, já sensibilizamos, como o pessoal
912 de Goiânia, o Fabrício, a Beth nós já tivemos lá com eles. Nós tentamos transmitir essa
913 metodologia de forma bastante simples porque ela é uma tentativa de realizar essa
914 aproximação de reconstrução de um diálogo que tem que ser ampliado, de forma mais
915 horizontal possível. Qualquer pessoa aqui, qualquer integrante das suas redes pode hoje
916 mesmo pegar esse manual, fazer uma leitura e convocar uma conferência livre, que é
917 uma dessas três modalidades de convocação de conferência, além daquela que é a
918 tradicional, convocada pelo Poder Público, seja municipal ou estadual, e de forma
919 independente, porque não necessariamente o município tem que chamar uma



920 conferência atrelada a um processo estadual, ele pode simplesmente convocar enquanto
921 município, e transmitir as suas propostas e indicações de delegados para a etapa
922 nacional diretamente. Então, além dessa convocação tradicional, tem a conferência
923 livre. A Conferência livre pode ser convocada por qualquer ator não governamental e
924 seus resultados, suas propostas discutidas nos eixos apresentados aqui pelo João, assim
925 como a metodologia de indicação de delegados constantes também no manual vão ser
926 diretamente enviadas de acordo com as orientações que os senhores vão poder acessar
927 também no manual. E a estratégia de conferências virtuais também podem ser
928 buscadas por meio da plataforma no portal “participa.br”. Eu queria reforçar o convite
929 feito pelo diretor, o João Guilherme, para o acesso direto a plataforma, e comunicar-lhes
930 que estamos em franco movimento de mobilização neste momento, passando por
931 algumas cidades, algumas capitais e outros municípios também, e temos um contato
932 direto. Vocês podem acessar a plataforma, o e-mail é comigrar@imigrantes.gov.br. E
933 queria fazer-lhes o convite de já mobilizar as suas redes para realizar as conferências
934 livres, se envolver também nas etapas locais que estão sendo mobilizadas pelo Poder
935 Público, e dizer que essa plataforma é um instrumento permanente de comunicação, de
936 diálogo que temos em torno da política imigratória. Após a conferência ela vai
937 permanecer ativa e vibrante, assim esperamos. Após a explanação da Sra. Jana Petaccia
938 de Macedo a Sra. Fernanda Alves dos Anjos, Diretora do DEJUS lembrou que uma
939 conferência que vai discutir a temática das imigrações e do refúgio não poderia deixar
940 de tratar também da temática do tráfico de pessoas, então, esse é um dos temas previstos
941 para debate durante a Comigrar, dentro do eixo de proteção aos imigrantes, aos direitos
942 dos imigrantes, e temos uma grande expectativa de que esse debate possa ser também
943 mobilizado pela nossa rede de enfrentamento ao tráfico de pessoas. A Rede de Núcleos
944 e Postos já tem sido partícipe das construções das mobilizações dos estados, mas que
945 também este Comitê Nacional também possa assumir essa tarefa de mobilização para
946 realização da Conferência, e se inserir nos debates para qualificar a agenda da
947 construção da política migratória para o nosso país. Além disto, estamos
948 construindo outra ação relevante para o processo da Comigrar que é uma experiência que
949 realizamos no Ministério da Justiça durante a Conferência Nacional de Segurança
950 Pública, que a Feira de Conhecimento. Esta é uma tecnologia do sistema ONU que
951 busca criar uma ambiência para que as boas práticas possam ser celebradas,
952 compartilhadas, e que ali se estabeleça o espaço para o intercâmbio dessas boas práticas.
953 Então, a Comigrar também vai se imbuir desse espírito de construir um espaço, que é



954 uma feira de conhecimento, para o intercâmbio de boas práticas no campo da política
955 migratória e do enfrentamento ao tráfico de pessoas. Sra. Fernanda Alves dos Anjos,
956 Diretora do DEJUS, informou que nesse momento um edital está aberto para a
957 contratação de uma consultoria que vai nos ajudar na modelagem dessa feira, se valendo
958 das experiências já existentes de outras feiras de conhecimento, mas que se adaptem à
959 nossa concepção temática da migração, do tráfico e do refúgio, e que esse possa ser um
960 espaço de celebração, intercâmbio e, ao mesmo tempo, uma oportunidade de
961 compartilharmos as experiências exitosas brasileiras nesse campo. A Feira acontecerá
962 durante a Comigrar, privilegiando os horários da feira nos contra-horários da
963 conferência. Sra. Fernanda Alves dos Anjos, Diretora do DEJUS, aproveitou ainda para
964 propor ao plenário uma sugestão da metodologia é a realização de algumas reuniões
965 descentralizadas, e assim sugerir que a 2ª Reunião do Comitê Nacional, que é
966 quadrimestral, conforme previsto no Decreto, possa ocorrer durante a Comigrar. Dessa
967 forma, nós poderíamos nos antecipar um ou dois dias, de forma a potencializar a
968 participação dos membros do CONATRAP durante a COMIGRAR. Esta seria uma
969 oportunidade de conexão, buscando cada vez mais aproximar a agenda do tráfico de
970 pessoas da agenda de construção da política migratória brasileira. Após a proposição da
971 Sra. Fernanda dos Anjos, Sr. Paulo Abrão, Presidente do CONATRAP, perguntou ao
972 plenário se existia alguma objeção para que a II Reunião Ordinária fosse realizada na
973 cidade de São Paulo-SP em dois dias antecedentes a COMIGRAR. Todos os presentes
974 concordaram com a agenda. Sr. Paulo Abrão, presidente do CONATRAP, deu
975 prosseguimento a reunião e concedeu a palavra para a Sra. Graziella Rocha, consultora
976 MJ/UNODC que realizou uma apresentaçãosobre a proposta de estrutura metodológica
977 do CONATRAP, que teve início com uma apresentação critérios adotados no processo
978 de indicação e eleição dos membros de cada segmento indicado para compor o
979 CONATRAP. Após a apresentação a consultora facilitou o debate sobre atribuições,
980 escopo e limites desse espaço. Apresentou ao CONATRAP as atribuições previstas no
981 Decreto de sua criação, enfatizando seu escopo e seus limites. Demonstrou que esse
982 espaço se trata de um modelo novo de participação social, plural na natureza dos seus
983 atores e transversal nas suas atribuições. Após esse momento de reflexão, a consultora
984 facilitou um processo de diálogos em que os membros do CONATRAP foram
985 convidados a expressarem suas expectativas institucionais com relação a esse espaço e a
986 expressarem os compromissos no condiz à atuação nesse espaço. A palavra foi
987 concedida para quem dela quisesse fazer uso. Sra. Eliane da Silva Souza Pequeno

988 (Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPPIR)) –disse que o CNPIR
989 espera que o CONATRAP diminua a violência com a população negra no Brasil, e que
990 crê que a FUNAI também, na mesma direção atua, pensa a mesma coisa em relação aos
991 indígenas. Sra. Eliane sugeriu a criação de uma comissão, não grupo de trabalho, porque
992 não é um assunto temporário, mas uma comissão permanente, que abarque tanto as
993 questões de gênero, tanto as questões da sociobiodiversidade, e étnico racial, porque se
994 não, não contempla no trato ao tema. A Sra. Juliana Felicidade Armede (Rede Nacional
995 de Núcleos e Postos) – afirmou que instituição que a rede que representa espera do
996 CONATRAP, que primeiro exista uma compreensão do papel de núcleos e de postos, e
997 que a partir desta compreensão, de fato exista uma transversalidade para que possam
998 integrar mais e mais o trabalho que os núcleos e os postos fazem, às vezes, e por muitas
999 vezes isolados nos seus estados. Agora de uma esfera muito mais próxima com essas
1000 instituições que são federais. O que o CONATRAP pode esperar das instituições que?
1001 Ou seja, o que podem esperar da Rede de Núcleos e Postos? Indagou a Sra. Juliana
1002 Armede. Para a conselheira a Rede de Núcleos e Postos com certeza vai estar mais do
1003 que aberta, porque é uma carência, no melhor sentido da palavra, ou seja, uma ânsia que
1004 a rede tem que é de buscar se aproximar das instituições que estão sentadas nesta mesa,
1005 e de muitas outras, que ainda que não sentadas nessa mesa estão ligadas a vocês de
1006 maneira direta ou indireta, seja no âmbito de outros ministérios, seja no âmbito de
1007 outros órgãos de Justiça, enfim, outros conselhos, e até mesmo da sociedade civil. A
1008 Sra. Maria das Dores Almeida (Conselho Nacional Dos Direitos Da Mulher - CNDM) –
1009 afirmou que a instituição que eu representa, o Conselho Nacional dos Direitos da
1010 Mulher, espera do CONATRAP que todo o trabalho desenvolvido, todo o debate, ele
1011 caminhe na perspectiva de gênero, raça e etnia, e que não seja só em áreas, em locais
1012 específicos, mas na especificidade do Brasil olhar o Brasil como um todo, olhar essa
1013 realidade que existe, e o que o CNDM pode contribuir. Para a Sra. Maria das Dores
1014 Almeida, podemos estar contribuindo em forma de trazer esse debate, ainda é uma
1015 debate tímido dentro do CNDM, o tráfico de pessoas, especificamente de mulheres, e
1016 como estar contribuindo também hoje, o CNDM, todo os conselhos do Brasil que
1017 existem são interligados em rede, e através dessa rede nós podemos estar divulgando as
1018 ações do próprio CONATRAP. Sra. Graça Gadelha (Instituto Aliança com o
1019 Adolescente) –afirmou que na verdade, o que a instituição que representa tem
1020 expectativa é que afinal de contas um colegiado nacional que trate desse tema consiga
1021 discutir a questão da criança e do adolescente. Esse para a sua instituição tem sido, ao



1022 longo de pelo menos uma década do Instituto Aliança nessa área, que é o desafio do
1023 atendimento dos casos de crianças e adolescentes em situação de tráfico, principalmente
1024 para fim de exploração sexual. E a sua expectativa é de que a nossa contribuição venha
1025 no sentido de buscar essa metodologia de coleta de dados, de atendimento, de
1026 unificação dessa base de dados em função das diferentes portas de entrada hoje que no
1027 Brasil atendem esse perfil de público, e a definição de fluxos e procedimentos voltados
1028 para essa população, e fazendo também a interface das iniciativas do CONATRAP com
1029 os diversos planos nacionais, principalmente o da violência sexual na questão da
1030 exploração sexual. A Sra. Estela Scandola (Rede Feminista De Direitos Sexuais E
1031 Direitos Reprodutivos) – Bom, eu vou falar acho mais do que a Rede Feminista pode
1032 contribuir, primeiro na perspectiva de não vitimização das mulheres em situação de
1033 tráfico, e conseguir neste Colegiado que nós discutamos essas mulheres como sujeitas
1034 de direitos, sobretudo com mulheres que não são vulneráveis, pelo contrário, são
1035 mulheres fortes, e exatamente porque são fortes foram traficadas, porque assumiram a
1036 responsabilidade de sustento, de viagem e de tudo, então, eu acho que esse debate, para
1037 nós, é muito caro. Para a Sra. Estela Scandola outra coisa que o CONATRAP pode
1038 trabalhar muito junto são as convenções internacionais e as obrigações do Brasil com
1039 essas convenções, porque a Rede Feminista tem esse histórico de fazer o monitoramento
1040 das convenções, especialmente de CEDAW. Do ponto de vista do que nós esperamos do
1041 Comitê, é um debate firme sobre a responsabilização das empresas no tráfico de
1042 pessoas, e por outro, não nos deixarmos levar pela rapidez das respostas em detrimento
1043 das questões estruturais do enfrentamento do tráfico. O tema da Copa é importante, mas
1044 o tema do modelo de desenvolvimento é mais importante que o da Copa. Sra. Roberta
1045 Fernandes (ASTRAL/GO) – afirmou que a Instituição Astral, que representa, espera do
1046 CONATRAP que todas as pessoas trans, sejam elas travestis, transexuais, que estão
1047 inviabilizadas, sentadas se sintam representadas. Então, o que a Astral espera realmente
1048 é que essas pessoas apareçam nessa invisibilidade deste crime, que é o tráfico de
1049 pessoas. Muitas vezes é discutido como pessoas que modificaram seus corpos,
1050 transformaram seus corpos para que sirva a libido masculina e ao poder, e uma vez com
1051 isso nós queremos tirar a relação de poder do gênero masculino sobre os corpos do
1052 gênero feminino, e aí ultrapassa a questão de gênero ir para a orientação sexual e ir para
1053 a identidade de gênero, porque muitas vezes nós pedimos flexão de gênero aqui, mas
1054 nós esquecemos de fazer essa flexão de gênero o e a artigo com as pessoas trans. O que
1055 o CONATRAP pode esperar da instituição? Dar visibilidade às pessoas para inserirem



1056 em grandes eventos, em oportunidades, para desmistificar que não existe diálogo e que
1057 essas pessoas não querem diálogo sobre esse determinado crime. Sra. Dalila Eugênia
1058 Maranhão Dias Figueiredo (ASBRAD) - lembrou que foi eleita para representar
1059 comitês, eu que precisa sempre ficar conectada com esses espaços. Nesse sentido,
1060 enfatizou que até já pediu a relação de todos os comitês já instalados no Brasil, e que
1061 conhece alguns na Amazônia, mas que quer ter esse diálogo permanente com os
1062 comitês, e até fomentar a criação de novos comitês em locais que essa política pública
1063 ainda não foi instalada, mas na verdade é uma grande tarefa, não é tarefa fácil. E Sra.
1064 Dalila disse ainda também deixar registrado que a Instituição Asbrad pretende
1065 contribuir com a sua experiência em quase 20 anos de atendimento a vítimas de tráfico,
1066 mulheres, crianças, adolescentes, transgêneros brasileiro/as e estrangeiro/as. Sra. Dalila
1067 despediu-se de todas e todos, porque precisava se ausentar do dia seguinte da reunião.
1068 Sr. Pedro Paulo Bicalho (CONASP) – afirmou que o CONASP espera do CONATRAP
1069 que o tema segurança pública aqui não seja reduzido à ação da política. E podem
1070 esperar do CONASP vontade de articulação e construção coletiva. Sr. Marcel Hazeu
1071 (SODIREITOS) – afirmou que espera desse espaço um debate sobre aprofundamento
1072 no debate sobre tráfico, e o modelo de desenvolvimento em relação às grandes obras na
1073 Amazônia e no Brasil, e também poder desconstruir, de certa forma, o discurso sobre a
1074 relação umbilical entre prostituição e tráfico de pessoas, e que deseja trazer a voz e
1075 participação ativa das pessoas que vivenciaram tráfico dentro desse CONATRAP. Por
1076 isso, tem a contribuir, e pode mobilizar a Amazônia para levar esses debates e
1077 encaminhamentos do CONATRAP para todos os estados da Amazônia, nós temos uma
1078 boa rede lá, e trazer para dentro aqui justamente essas pessoas que são a metade da
1079 nossa entidade formada por elas, nossa diretoria são pessoas que vivenciaram esta
1080 realidade. Sra. Nilce Cunha Rodrigues (MPF) – afirmou que o Ministério Público
1081 Federal, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, espera do CONATRAP que
1082 seja é o fortalecimento em âmbito geral do enfrentamento ao tráfico de pessoas, quer
1083 seja nas ações pontuais efetivas de combate, como também fortalecer a legislação em
1084 todas as nuances, em todos os vieses que se trabalham no combate ao tráfico, porque
1085 assim estamos construindo esse fórum de ampla participação, para que se dê uma maior
1086 visibilidade ao fenômeno, porque só assim nós vamos conseguir realmente combater. E
1087 o que o Conatrap pode esperar do Ministério Público Federal é exatamente a
1088 colaboração, a parceria, o compartilhamento irmanado sempre nessa luta, lado a lado,
1089 que viemos lutando junto e vamos continuar lutando juntos, porque assim eu considero

1090 que nós podemos avançar o Brasil, avançamos no combate. Sra. Verônica Lourenço
1091 (Conselho Nacional de Saúde) – enfatizou que a perspectiva é bem de mão dupla, que o
1092 diálogo. É uma coisa que nós planejamos no CNS, no nosso planejamento, é o diálogo
1093 com os municípios através dos nossos conselhos estaduais e municipais de saúde.
1094 Então, poder trazer essa interlocução da Saúde para dentro do Comitê, e também através
1095 tanto do pleno nacional como do diálogo que nós temos com os conselhos municipais,
1096 estaduais, e com a plenária e conselheiros, levar também essa discussão, e fortalecer o
1097 diálogo intersectorializado na perspectiva, inclusive, da saúde, mas também de toda a
1098 assistência previdenciária, porque lá tem vários atores também, e enfim, fortalecer o
1099 diálogo, e nos colocar à disposição. Sra. Michelle Guerardi (Projeto Trama) - Afirmou
1100 que acha que como um consórcio da sociedade civil espera poder contribuir com a
1101 visão, que é, mais próxima à realidade, a ponta da implementação das políticas públicas,
1102 trazendo um pouco, assim, do que conhece da realidade, de alguns obstáculos que
1103 conhece vivenciando, para que a política possa ser aprimorada. Acha que é isso, esse
1104 intercâmbio entre sociedade e governo mesmo, que eu está percebendo que é o que o
1105 CONATRAP quer, e que eu percebe que é o Governo que está aqui representado
1106 também deseja. Então, acha que vai ser um intercâmbio muito bom. Sra. Carmem
1107 Rocha (Divisão de Direitos Humanos/Polícia Federal) – Afirmou que Polícia Federal
1108 espera do CONATRAP ouvir as suas necessidades e expectativas apresentadas,
1109 principalmente pela sociedade civil, para poder melhorar efetivamente sua investigação.
1110 E que o CONATRAP pode esperar da Polícia Federal, em todas as suas ações, visando
1111 o efetivo enfrentamento ao tráfico de pessoas, que é o fim desse Comitê. Sra. Fernanda
1112 Dos Anjos (Diretora do DEJUS) afirmou que o que a instituição que representa espera
1113 do CONATRAP é que esse seja, de fato, um espaço de qualificação para a política
1114 nacional, e nesse sentido, estabelecer as diretrizes para as instituições brasileiras, e que
1115 esse seja o espaço que inclusive forje os avanços necessários para que essa política se
1116 efetive. E o que o CONATRAP pode esperar da SNJ, é a mais plena disposição para
1117 que ele funcione com toda a sua capacidade, no nosso limite de capacidade, em razão do
1118 tamanho da equipe. E pode esperar também uma disposição muito grande de
1119 compartilhar informações. Nós estamos em um locus privilegiado e o Ministério da
1120 Justiça tem esse dever de compartilhamento de informações, que também vai servir de
1121 base para a nossa atuação permanente. Sra. Guilhermina Cunha (Conselho Nacional
1122 Contra A Discriminação LGBT) – A intenção do Conselho, além de monitorar o que se
1123 faz de enfrentamento ao tráfico de pessoas, é poder trabalhar também em parceria, junto

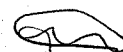


1124 com a nossa câmara técnica de enfrentamento à violência LGBT, onde nós temos
1125 problemas de tráfico de mulheres e tráfico de travestis e transexuais. E assim como eu já
1126 falei o que nós esperamos, o que ele pode contar, o que o Comitê pode esperar do
1127 Conselho é essa parceria com a Câmara Técnica que trabalha o enfrentamento à
1128 violência LGBT. Sr. Éden Martingo (SPM) – afirmou que o que a SPM espera do
1129 Conatrap é principalmente que seja um espaço de debate qualificado, e não apenas de
1130 debate, mas de formação de propostas e de pensamento crítico em relação ao tema do
1131 tráfico de pessoas em relação às políticas públicas de tráfico de pessoas realizadas no
1132 Brasil. Que na verdade ocupem um espaço e nos auxiliem, e que em temas em áreas em
1133 que a burocracia estatal, que empreende os planos e executa, que não tem condições de
1134 plenamente realizar, e que nos forneça todo esse potencial técnico de qualificação,
1135 também de sensibilidade social. E o que pode esperar da SPM é que nós continuamos as
1136 políticas públicas que nós temos de enfrentamento ao tráfico, e que estejamos sempre
1137 prontos a assimilar as deliberações, proposições, os debates e as críticas aqui do
1138 CONATRAP naquilo que já está fazendo e que vão continuar fazendo. Sra. Waldimeiry
1139 Corrêa (Universidade Tiradentes) – Afirmou que espera que seja um fórum de
1140 interlocução sobre as ações de enfrentamento ao tráfico de pessoas, desde a experiência
1141 da sociedade civil, e desde a experiência governamental também. E que seja um fórum
1142 propício também de debate entre o conceito e as sinergias negativas entre os conceitos
1143 existentes quando se trabalha a problemática de tráfico de pessoas, e que se debata as
1144 diferentes modalidades de tráfico, não só internacional e interno, como também as
1145 modalidades de exploração que envolvem o tráfico. E a contribuição que vocês podem
1146 esperar, que eu penso que vocês podem esperar da Academia, é a difusão dos saberes,
1147 saberes críticos, e também a formação no tema de tráfico de pessoas, por exemplo, eu
1148 estou falando desde a posição de uma faculdade de Direito, na formação de
1149 profissionais com enfoque de direitos humanos, então, uma formação crítica para que
1150 saibam esses futuros profissionais trabalhem com esse conhecimento crítica do que é
1151 tráfico de pessoas, e qual a sua intersecção com os direitos humanos. Sr. Fabrício Rosa
1152 (Polícia Rodoviária Federal) – Afirmou que instituição que representa espera do
1153 CONATRAP talvez auxílio, porque apesar de desenvolver muitos projetos na área de
1154 tráfico de pessoas, sente que boa parte da minha instituição ainda não entende muito a
1155 situação do tráfico de pessoas. Sr. Fabrício acha que a instituição que ele representa,
1156 talvez mesmo sem saber, mesmo os policiais, espera auxílio no sentido de serem
1157 informados, de serem capacitados, para que não revitimizem, muitas vezes eles

1158 revitimizam acreditando que estão fazendo o correto. Então, acha que o a PRF espera
1159 auxílio do no sentido para que possam ser melhores enquanto policiais. Sr. Fabrício
1160 lembrou ainda que fala enquanto Comissão de Direitos Humanos da PRF. Após as
1161 explanações a Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do DEJUS) agradeceu ao plenário e
1162 deu por encerrado o primeiro dia de reuniões. No dia 31 de janeiro de 2014, às 09 horas
1163 da manhã, a reunião foi retomada. Realizou-se uma oficina para a elaboração do
1164 Planejamento Estratégico do CONATRAP, mediada pela consultora do UNODC/MJ,
1165 Graziella Rocha e pela Sra. Ofélia Ferreira da Silva consultora voluntária para a
1166 mediação do processo. A oficina realizou-se em cinco etapas. Na primeira etapa o
1167 plenário deliberou acerca dos eixos temáticos que seriam adotados no planejamento
1168 estratégico. Na segunda etapa foram divididos 04 Grupos de Trabalho que elaboraram
1169 propostas de ações para o primeiro mandato do CONATRAP. Na terceira etapa as
1170 propostas apresentadas pelos Grupos de Trabalho foram submetidas a um processo
1171 coletivo de validação em que elas puderam ser qualificadas por integrantes dos Grupos
1172 de Trabalho distintos aos de suas elaborações. Após o período de qualificação, na quarta
1173 etapa as propostas foram novamente submetidas aos Grupos de Trabalho para a
1174 elaboração de seus textos finais. Na quinta e última etapa do processo individualmente
1175 os membros do CONATRAP priorizam duas propostas de cada eixo temático. O
1176 Planejamento Estratégico produzido pelo CONATRAP é composto pelos seguintes
1177 eixos temáticos: I- Fortalecimento e Articulação Institucional; II- Conhecimento,
1178 socialização e comunicação; III- Marco Legal e Monitoramento e Orçamento. Após a
1179 concretização da atividade de elaboração do Planejamento Estratégico os membros do
1180 CONATRAP seguiram para o almoço. A reunião foi retomada às 14 horas, a primeira
1181 atividade da tarde foi a realização de uma apresentação de minuta do Regimento
1182 Interno, apresentada pela consultora do UNODC/MJ, Graziella Rocha. O plenário
1183 deliberou que a minuta será analisada por um Grupo de Trabalho, que apresentará uma
1184 proposta para ser submetida à aprovação na II Reunião ordinária, em São Paulo. Foram
1185 os seguintes integrantes designados para o GT Regimento Interno: Conselho Nacional
1186 de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais,
1187 Travestis Transexuais; Conselho Nacional de Saúde; Ministério do Desenvolvimento
1188 Social e Combate à Fome; Núcleos Estaduais e do Distrito Federal de Enfrentamento ao
1189 Tráfico de Pessoas e Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante;
1190 Projeto Trama - Organização de Direitos Humanos Projeto Legal; Secretaria Nacional
1191 de Justiça do Ministério da Justiça. Após a deliberação sobre o Grupo de Trabalho do



1192 Regimento Interno, o Plenário passou ao debate acerca da formação das Comissões
1193 Permanentes. As Comissões Permanentes são organismos perenes de assessoria ao
1194 Plenário que buscam fornecer subsídios de discussão para a deliberação sobre a
1195 formulação da estratégia e controle da execução de políticas públicas. As Comissões
1196 Permanentes foram criadas de modo livre entre os membros do CONATRAP
1197 respeitando o limite de três integrantes e o máximo de oito e a paridade entre os seus
1198 membros. Foram definidas as seguintes Comissões Permanentes: COMISSÃO
1199 PERMANENTE DE ORÇAMENTO E MONITORAMENTO, composta pelas seguintes
1200 instituições: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher; DAVIDA - Prostituição Direito
1201 Civis Saúde; Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça; Sociedade de
1202 Defesa dos Direitos Sexuais na Amazônia – SODIREITOS. COMISSÃO PERMANENTE
1203 DE ARTICULAÇÃO E FORTALECIMENTO DA REDE DE ETP; composta pelas
1204 seguintes instituições: Conselho Nacional de Assistência Social; Conselho Nacional de
1205 Imigração; Conselho Nacional de Saúde; Departamento de Polícia Federal do
1206 Ministério da Justiça; Instituto Aliança com o Adolescente; Ministério do
1207 Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério Público Federal; Núcleos
1208 Estaduais e do Distrito Federal de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Postos
1209 Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante; Rede Nacional Feminista de
1210 Saúde Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, COMISSÃO PERMANENTE
1211 MARCO LEGAL, composta pelas seguintes instituições: Conselho Nacional de
1212 Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais,
1213 Travestis Transexuais; Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça;
1214 Núcleos Estaduais e do Distrito Federal de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e
1215 Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante; Projeto Trama -
1216 Organização de Direitos Humanos Projeto Legal; Secretaria Nacional de Segurança
1217 Pública do Ministério da Justiça. COMISSÃO PERMANENTE DE PRODUÇÃO E
1218 DISSEMINAÇÃO DO CONHECIMENTO; composta pelas seguintes instituições:
1219 Conselho Nacional de Segurança Pública; Conselho Nacional de Promoção da
1220 Igualdade Racial; Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República;
1221 Universidade Tiradentes - UNIT; COMISSÃO PERMANENTE DE COMUNICAÇÃO;
1222 composta pela Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros de Goiás -
1223 ASTRAL – GO. Devido a urgência do tema, o Plenário deliberou ainda pela criação do
1224 GT Copa do Mundo para criar diretrizes ao desenvolvimento de ações voltadas ao
1225 Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Foram determinadas as seguintes instituições para



1226 o GT Copa do Mundo: DAVIDA - Prostituição Direitos Civis Saúde; Instituto Aliança
1227 com o Adolescente; Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República;
1228 Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República; Secretaria
1229 Nacional de Justiça do Ministério da Justiça; Sociedade de Defesa dos Direitos Sexuais
1230 na Amazônia – SODIREITOS. Após a definição das Comissões Permanentes e dos
1231 Grupos de Trabalho Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do DEJUS) fez um balanço
1232 geral dos encaminhamentos gerados na I reunião ordinária do CONATRAP, onde abriu
1233 para o Plenário apresentar outros pontos que possam ter sido esquecidos. Não houve
1234 manifestações quanto às deliberações tomadas. São, portanto, os encaminhamentos
1235 gerados pela I Reunião do CONATRAP: I- Convidar MPF e MPT para participarem
1236 como convidados do CONATRAP, sem ônus para o MJ; II- GT sobre Regimento
1237 Interno analisará e apresentará texto na próxima reunião do Comitê; III- Próxima
1238 reunião será em São Paulo, final de maio, paralelamente os membros participarão da
1239 COMIGRAR como convidados; IV- A Secretaria Executiva auxiliará no diálogo com a
1240 Prefeitura de São Paulo; V- Governo do Estado para articulação dos membros do
1241 Comitê com atores locais no período da COMIGRAR e segunda reunião ordinária
1242 (indicativos: GT Articulação deve dialogar com Comitê Estadual e Comitê Municipal –
1243 em formação; representantes dos Comitês locais acompanham reunião do CONATRAP;
1244 Café ou coffee break conjunto entre Comitê); Data indicativa da terceira reunião do
1245 Comitê: 18 e 19 de setembro; IBISS compartilhará o relatório CEDAW da sociedade
1246 civil para os membros do CONATRAP e SPM compartilhará o relatório governamental
1247 da CEDAW. A Comissão de Monitoramento analisará os dois relatórios (governamental
1248 e o da sociedade civil) e apresentará um parecer para o Pleno, bem como para o
1249 Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Campanha para a Copa: Não será criada
1250 nova campanha, o Comitê agregará esforços em campanhas com parceiros, como a
1251 Agenda de Convergência da SDH, Ministério do Turismo, Ministério das Relações
1252 Exteriores, OEA e a Campanha do Coração Azul. Pedir ao GI que levante orçamento
1253 para o próximo relatório de monitoramento e inclua este campo permanentemente. GT
1254 Regimento deve apresentar proposta na próxima reunião. GT COPA deve se reunir e
1255 apresentar proposta por email para todo o pleno do CONATRAP. Secretaria Executiva
1256 vai instar as organizações que não estavam presentes no momento da reunião de
1257 composição das CPs e GTs para que escolham os que pretendem participar. Solicitação
1258 de pontos de pauta da próxima reunião: Orçamento para enfrentamento ao tráfico de
1259 pessoas (Estela Scandola) - Debate sobre o Regimento interno – GT deve apresentar

1260 proposta - Relatório CEDAW – a depender da análise da Comissão Permanente de
1261 Monitoramento. Após a leitura dos encaminhamentos Sra. Fernanda dos Anjos abriu a
1262 palavra para quem dela quizesse fazer o uso, não havendo manifestações, agradeceu a
1263 presença de todos e todas e deu por encerrada a I Reunião do CONATRAP.

1264

1265

1266

1267



1268 | Ata lavrada em 09 de maio de 2014 por **Graziella do O Rocha** –
1269 Secretária Executiva do CONATRAP.